DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Grupo de Trabalho Especial – Projeto SNI

DATA DE PRODUÇÃO: Sem data

ORIGEM DO DOCUMENTO: SNI

GRAU DE SIGILO: Confidencial

NÚMERO DE PÁGINAS: 72

DESCRIÇÃO:

Imagem do Serviço Nacional de Informações (SNI) perante a opinião público, os parlamentares e o público interno.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL

" PROJETO SNI "

ANEXO E

IMAGEM DO SNI

CONFIDENCIAL

IMAGEM DO SNI

1. OPINIÃO PÚBLICA

2. PARLAMENTARES

3. PÚBLICO INTERNO

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(MINUTA)

IMAGEM DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA

Todo órgão da Administração Direta sofre influência do Governo que o gere, como não poderia deixar de ser. Entretanto, o Serviço Nacional de Informações (SNI), muito embora existindo como órgão de assessoramento governamental, guarda peculiaridades na percepção de sua imagem pela Opinião Pública.

Durante os governos militares, o SNI - órgão também de características castrenses, de cujos quadros saíram alguns dos governantes militares - tinha a sua imagem associada à "ditadura" e às ações mantenedoras daquele estado. Os que ali trabalhavam eram identificados, pela sociedade, como "espiões sociais", arautos da repressão, e algozes daqueles que se lhe opusessem.

Tal imagem, se depreciativa, nunca foi publicamente contestada, uma vez que não havia esta preocupação, pelo fato talvez de ocupar uma posição de destaque naquele tipo de Governo, considerando-se, assim, imune às críticas.

Com a distensão gradual verificada no Governo FIGUEIREDO - o qual procurou dar continuidade ao processo de redemocratização do País, com o atendimento de anseios populares tais como anistia política, relaxamento da censura, e convocação de eleições, mesmo que indiretas -, as críticas ao SNI passaram a ser feitas de forma direta, inclusive com cobranças de tomada de posição por aquele, tornando-o vulnerável a casos como CAPEMI, BAUMGARTEN e RIOCENTRO, em que a imagem projetada do Serviço confundia-se com a dos atores evidenciados nos citados casos.

Com o advento da Nova República, o SNI pela primeira vez mostrou preocupação com a sua imagem, procurando transmitir à sociedade a idéia de que o órgão, coerente com o novo momento, comungava com os ideais democráticos da sociedade. Cita-se, como exemplo, a abertura das portas da Escola Na

CONFIDENCIAL

cional de Informações (EsNI) à imprensa, a presença com maior regularidade do Ministro-Chefe nos Meios de Comunicação Social (MCS), inclusive assumindo posições nos fatos da vida nacional.

Entretanto, isso não se mostrou suficiente, devido a diversos fatores, citando-se, em primeiro lugar, a imagem anterior, que, já consolidada, e mesmo que se distanciando daquela, foi aos poucos adquirindo aspectos negativos, pela proximidade com um Governo que não se mostrou com um desempenho suficiente para atender as expectativas sociais, seja pela estrutura partidária que o apoiava ter começado a revelar, internamente, conflitos de interesse, fisiologismo partidário, e uma série de outros comportamentos, que extrapolavam o Partido e se acomodavam de forma pouco eficiente na máquina de Governo, ou pelo descompasso no atendimento às prioridades nacionais.

Em segundo lugar, cabe considerar a falência econômica do Estado, atingindo indiscriminadamente a massa assalariada, e dentro desta uma vertente de servidores do SNI, aí inseridos, também, aqueles excluídos em um processo de depuração de seus quadros, que passaram a buscar, fora do órgão, oportunidades financeiras, anteriormente satisfeitas, levando consigo uma série de reclamos, mascarados, também, pelos benefícios oferecidos ontem e que hoje já não mais poderiam contemplar.

Tais indivíduos, pouco afetos que estavam às exigências próprias da atividade desempenhada, se tornaram consciente, ou circunstancialmente, uma porta aberta ao derrame de documentos e informações, que, mesmo pouco comprometedores, foram habilmente manipulados por alguns integrantes dos MCS para "demonstrar" que o SNI ainda reunia poderes demasiados e interferia, de forma cabal, nos destinos da Nação.

A imagem do órgão, outrora ligada à repressão, atualmente vincula-se à idéia de ineficiência. Alie-se a isso o fato de que, pouco acostumado às lides com a Opinião Pública e carente de uma Assessoria de Comunicação Social, com atuação interna e externa, viu-se e vê-se, ainda, o SNI, despreparado para enfrentar as acusações e questionamentos de segmentos da população, perdendo, assim, a oportunidade de se mostrar como órgão necessário, que é, ao processo decisório.

Em levantamento realizado junto aos principais jornais de circulação nacional do País, verificou-se que, nos

dois últimos meses, a maioria das menções feitas ao órgão era de caráter negativo e, mesmo aquelas que poderiam ser consideradas neutras, associavam-no a episódios desvinculados de suas reais funções.

É patente que, no período transcorrido de sua criação à Nova República, pouco se fez em termos de elaboração de um perfil positivo do órgão, interna ou externamente, posto que a construção da imagem institucional dá-se no sentido de dentro para fora.

Em que pese o exposto, o que se sabe é que muitos setores da sociedade, menos contaminados pelos humores políticos, compreendem a necessidade da existência de um órgão de informações, independente de regime de governo ou de conjunturas.

Todos os comentários aqui expostos partiram de aferições exercitadas pela observação e experiências pessoais, no mais das vezes, respaldadas em critérios de pouco rigor científico, como, por exemplo, a pesquisa retrospectiva da imprensa escrita. Isto conduz, necessariamente, à constatação de que não se tem, ainda, uma avaliação real da Opinião Pública, mas, unicamente, referências de opiniões publicadas que não retratam, conclusivamente, a imagem do SNI pela sociedade.

Para obtenção de um resultado preciso que refletisse os aspectos que contribuem para o equívoco do entendimento, a distorção de percepção, ou até mesmo, a satisfatoriedade dos princípios do órgão, e permissão de um trabalho com maior fidelidade dos resultados, seria necessária a encomenda de uma pesquisa de opinião pública a ser conduzida por uma equipe, interna ou externa, de competência irretocável. Em tal pesquisa aliar-se-iam a tecnicidade pertinente à segurança de manutenção do sigilo em relação ao proponente, bem cabíveis no momento ora vivenciado.

* * *

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

A Imprensa tem dado grande destaque aos pronunciamentos e declarações feitas por políticos que envolvam o Serviço Nacional de Informações - SNI.

Também articulistas e editorialistas não perdem a oportunidade de tecerem considerações sobre o Serviço, normalmente em enfoques depreciativos e desfavoráveis.

Seguem-se exemplos, apresentados de forma sucinta, de como o Serviço foi observado em diversas oportunidades e situações.

- CORREIO BRAZILIENSE (DF) - 21 Mar 87 - "INFORMAÇÃO.

"Espantado com o nível de desinformação do Presidente sobre as questós internas que mobilizam a Constituinte, parlamentar do PMDB indagou-lhe, durante recente audiência: - E o SNI, Presidente? A resposta: - Não funciona tão bem como você pensa. E mudou de assunto".

- JORNAL DO BRASIL (RJ) - 17 Abr 87: - "Informe JB - Diagnóstico

O relatório do SNI sobre o deputado RALPH BIASI põe sua candidatura ao Ministério da Indústria e do Comércio no grupo de alto risco. Aliás, altissimo".

- TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ) - 21 Abr 87: - PAULO BRANCO - "APARELHOS

O general Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI, fala em desocupar uma infinidade de apartamentos vazios que ficam no Rio à disposição do órgão. Alguns deles em áreas nobres como a Rua Garcia D'Avila".

- CORREIO BRAZILIENSE (DF). 07 Mai 87: - LEONARDO MOTA NETO - "POLITICA - ALEM DA NOTICIA - SNI TEM UMA PESQUISA ECONOMICA

Informou-se, ontem, que o SNI está procedendo a estudos sobre a situação econômica brasileira, certamente para informar ao Presidente da República".

- JORNAL DO BRASIL (RJ) - 19 Mai 87: - ZOZIMO - MIRIAM LAGE "NOVOS TEMPOS - O General Ivan de Souza Mendes, Chefe do SNI, repete há três meses ao presidente Sarney que é contra a construção da ferrovia Norte-Sul. Já foi o tempo em que o SNI adorava obras faraônicas e detestava ser contrariado".

- AFINAL (SP) - 01 Set 87:- Paulo de Tarso - "PORNOPRESS- Uma coisa bastante interessante: o grupo do General Geisel está plenamente convicto de que detém o controle total e absoluto do SNI. A turma de Geisel morre de rir quando se fala que o General Ivan é "chefe" do órgão".

- JORNAL DE BRASILIA (DF) - 20 Fev 88:- "PARA COLLOR, IVAN E ENTULHO AUTORITARIO".

- CORREIO DO BRASIL - 23 Fev 88: - JORGE MARTINS - "CROCODILO - CROC's - Do Governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas, irritado com o documento que teria vazado do SNI a seu respeito: "Essa gente vai ver que sou igual à Portela na Passarela do Samba. Briga, eu quero briga. Vão ter muita".

- FOLHA DE S. PAULO (SP) - 27 Mar 88:- PAINEL - "LINHA CRUZADA - O Governador alagoano Fernando Collor de Mello conversava ontem no telefone com um repórter e começaram a surgir ruídos estranhos. Collor não se conteve:- O senhor me desculpe. Isso aí são os rapazes do SNI. São uns canalhas".

- ULTIMA HORA (RJ) - 06 Set 89: - ADILSON DE BARROS - "UM POUCO DE TUDO - HABEMUS? - O habeas-data é besteira. Por que não fecharam logo o SNI? Como pode um serviço secreto abrir seus arquivos? O mais provável é que o SNI, movido por um habeas-data, forneça informações água-com-açúcar".

- CORREIO BRAZILIENSE (DF) - 14 Mar 89: - EMILIANO JOSE (Dep Est PMDB/BA) - Depois de impetrar Habeas-Data, receber o relatório, pediu a extinção do SNI:- "Um enorme monstro estatal, com poderes clandestinos e acima de qualquer legislação, a vigiar e a xeretar a vida dos cidadãos e à revelia deles".

- TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ) - 24 Mai 89:- "COLLOR DE MELLO - Vou acabar com essa repartição apodrecida chamada SNI..."

- JORNAL DO BRASIL (RJ) - 17 Jun 89:- A pergunta: "Mas não seria sedutor para um candidato de esquerda acabar, por exemplo, com o SNI?". LEONEL BRIZOLA respondeu: "Prefiro acabar com o monopólio da Rede Globo. Não vejo dificuldade em transformar o SNI numa repartição, impedindo-o de fazer qualquer tipo de espionagem".

- JORNAL DE BRASILIA (DF) - 17 Jun 89:- VIVALDO BARBOSA (Dep Fed PDT/RJ) - "SNI ajuda campanha de Collor, acusa PDT".

***

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

TRECHOS SELECIONADOS DE ALGUMAS PUBLICAÇÕES
QUE FAZEM REFERÊNCIAS AO SNI

1. Trecho de artigo publicado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS Nos. 60/61 (JAN/JUL de 1985) sob o título **Serviços de Informação e Polícia**, de José A. Hahn (págs: 531 a 537):

"...III - OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

Em 1964, David Wise e Thomas Ross publicaram um "best seller" com o título "The Invisible Government".

O livro trata da estrutura e ações do aparelho de espionagem interna e externa montado nos Estados Unidos, responsável por decisões clandestinas e manobras secretas no quadro da Guerra Fria.

A tese dos autores é a de que as instituições de um governo democrático devem basear-se no consentimento dos governados, mas que esse consentimento é impossível quando os governados não podem saber em que estão consentindo.

O livro centra-se na questão do desvirtuamento dos órgãos da burocracia secreta que, valendo-se da falta de controles ostensivos sobre suas atividades, passam a utilizar as informações para si e, mais ainda, manipulá-las a fim de justificar manobras e ações ilegais, eufemísticamente denominadas operações especiais. Em síntese os autores tratam da possibilidade da transformação da Comunidade de Informações num super-governo paralelo: O Governo Invisível. Analisam diversos episódios, como a operação de Baía dos Porcos, ações duvidosas da época do auge do macartismo etc, não falam do uso pelo governo da estrutura secreta no conhecido caso Watergate, por ser o livro anterior a esse famoso escândalo que redundou na renúncia do Presidente Nixon.

Os autores enumeram minuciosamente as diversas agências que compõem a elite da burocracia secreta americana.

Pois bem, sem dúvida, da democracia norte-americana há muitas coisas que mereciam ser imitadas ou até copiadas, mas, certamente não a estrutura da burocracia secreta. No entanto o Movimento militar de 1964 copiou exatamente isso. Uma análise comparativa mostra que a estrutura dos serviços secretos brasileiros é praticamente igual à da comunidade de informações norte-americana.

O SNI deve ser citado como o órgão principal da Comunidade de Informações brasileira. Seu chefe tem status ministerial. Em seguida devem se enumerados os Centros de Informações das três Forças Armadas (CIEX, CENIMAR e CISA); o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal

CONFIDENCIAL

(CI/DPF) e as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) que integram o organograma de todos os ministérios.

O SNI tem, como órgão executivo, a sua Agência Central em Brasília e Agências Regionais nas capitais dos Estados da Federação. Os Centros de Informações das Forças Armadas estendem-se por todo o território nacional através das 2as. Seções existentes em todas as unidades militares do país. O Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal é alimentado através dos Serviços e Seções de Informação de todas as unidades da polícia federal espalhadas pelo país. As Divisões de Segurança e Informações tem uma "longa manus" nas Assessorias de Segurança e Informações existentes nos órgãos regionais e no organograma de todas as Autarquias e Empresas Públicas da União. O sistema possui ainda um estabelecimento de ensino que serve à fixação de uma unidade de doutrina e preparo dos quadros para todas as agências. É a Escola Nacional de Informações, um dos mais, se não o mais sofisticado estabelecimento de ensino do Brasil. A primeira e grande matriz doutrinária é a Escola Superior de Guerra, onde também, em seu Curso de Informações, são formados os quadros de mais alto nível para toda a Comunidade de Informações.

Todo esse vasto sistema e infinidade de agências se interliga e funciona coordenadamente cumprindo o Plano Nacional de Informações, com base em uma Diretriz de Segurança que vem do Conselho de Segurança Nacional.

A data de nascimento dessa enorme rede de burocracia secreta pode ser dada como 13 de junho de 1964 quando foi editada a Lei 4.541 que criou o SNI. (Na verdade Dreyfuss demonstra em seu livro famoso que o que ocorreu foi a encampação pelo Estado do antigo IPES).

Dezoito anos depois, após o caso Riocentro, o conhecido mentor da criação do SNI, dizia: "Criei um monstro", certamente não arrependido da criação mas do desvirtuamento da criatura.

O ministro chefe do SNI no último governo do ciclo militar, uma de suas raras declarações públicas, disse que o Serviço era perfeito e que nele, portanto, nada havia para ser melhorado. Realmente os órgãos do Sistema Nacional de Informações cobrem hoje todo o território nacional, tem quadros altamente qualificados, e com auxílio de sub-órgãos e extensa rede de informantes e colaboradores, estão em condições de manter vigilância secreta sobre toda a sociedade nacional em todos os seus aspectos.

A questão que se impõe para o Estado democrático, não é apenas a dos eventuais desvirtuamentos, mas a da dimensão e a da própria existência de uma burocracia secreta.

Esse tipo de instituição praticamente não tem sido estudado pelos constitucionalistas, autores de Teoria Geral do Estado e juristas que se dedicam a outros campos da Ciência do

Direito e da Política.

A natureza, funcionalidade e finalidade de um órgão de informações poderiam ser definidos como de um instrumento auxiliar de quem deve tomar decisões, que se dedique à coleta, análise e coordenação de dados informativos visando a proporcionar informações concisas e permanentemente atualizadas ao responsável pela tomada de decisões. Enquanto existisse essa relação de conformidade entre o dinamismo e fins, não haveria objeção a que o Estado tivesse um bem estruturado órgão técnico de informações em todos os níveis onde devam ser tomadas decisões, não só em áreas do Executivo mas também do Legislativo e até do Judiciário.

Certamente ninguém discordará de que será extremamente útil ao Presidente da República, ou a Ministros de Estado, poder contar com um instrumento auxiliar para coleta, análise e coordenação de informações que propiciem ao Governo dados concisos, centralizados e permanentemente atualizados, sobre os quais possa formular políticas nacionais e tomar decisões no melhor interesse dos governados.

O problema a ser equacionado em um Estado democrático tem outros aspectos, a saber: que dimensão devem ter esses órgãos de informação? que relacionamento podem ter entre si? que poderes e deveres há de ser conferido a cada um dos diversos órgãos? qual a destinação a ser dada e que uso pode se feito das informações colhidas? que tipo de informações devem ser mantidas em segredo e por quanto tempo? que tipos de controle externo devem ser estabelecidos para que se saiba de que forma e para que fins estão sendo empregados o pessoal, os meios e os recursos orçamentários desses órgãos? quais os critérios para avaliar sua eficiência ou utilidade?

O que parece certo é que o Estado democrático não pode ter um sua estrutura uma burocracia secreta e poderosa absolutamente imune ao controles da sociedade. É impossível imaginar democracia quando o Estado tenha em sua organização uma instituição, a respeito da qual a nação não tenha idéia de quem ou quantos nela trabalham, o que faz exatamente e para que serve o resultado de sua atividade.

No entanto, com base na legislação hoje vigente, pela qual se rege o Sistema Nacional de Informações ocorre que uma instituição burocrática e operacional, secreta e omnipresente está em condições de funcionar como um verdadeiro governo invisível pois não está obrigada a prestar contas públicas sobre qualquer aspecto de sua atividade.

IV - CONCLUSÃO

Até aqui este ensaio procura demonstrar que os órgãos de informação e os organismos policiais, são instituições ontologicamente distintas, pois diferentes são a sua natureza, o

seu dinamismo e a sua finalidade.

Os serviços de informação são mecanismos que visam proporcionar ao Governo dados informativos nos quais possa se apoiar para formular suas políticas e tomar suas decisões. A esse tipo de serviço tem sido conferido um caráter secreto.

A polícia, em especial a polícia judiciária, tem natureza de um serviço público à disposição da comunidade e sua função é ser a "longa manus" da Justiça como primeira reação jurídica, da sociedade quando, a despeito da atividade de polícia preventiva, é cometida uma infração penal.

Quando as duas funções estão reunidas em um mesmo órgão, estaremos sempe diante de um aleijão ou monstro institucional que toma a figura das famigeradas e temidas polícias secretas existentes, como característica sinistra em todas as tiranias.

A existência de polícias secretas e o culto do segredo são a marca registrada de todas as ditaduras e, por isso mesmo, a primeira medida das sociedades que tem a felicidade de libertar-se é sempre a extinção desses misteriosos organismos que davam sustentação ao poder e impunham medo aos cidadãos.

Por isso o autor deste ensaio sugeriu em artigo publicado no "Jornal do Brasil" (17-02-85) que uma das primeiras providências da Nova República fosse retirar a Polícia Federal do âmbito do Sistema Nacional de Informações, o que poderia ser feito por simples decreto presidencial, já que foi um mero decreto (73.332, de 19-12-73, art. 1o.,X) que lhe deu essa atribuição não policial de participar da existente estrutura de burocracia secreta do Estado.

E a Constituinte? Parece que seria bom que a sociedade começasse a discutir se deseja que o Estado tenha ou não uma burocracia secreta e, se optar pela afirmativa, passe a discutir os poderes, deveres e mecanismo de controle que deseja estabelecer sobre um órgão que terá uma atividade invisível. Fundamentalmente deverá pensar e decidir sobre se deseja uma polícia integrada aos mecanismos da burocracia secreta que vier a instituir, sem esquecer que Serviço Público e Serviço Secreto ao mesmo tempo é algo que somente será possível por uma aberração jurídica que crie um monstro institucional.

Como um convite final à meditação sobre a necessidade ou conveniência de uma instituição de burocracia secreta, vale ler e reler o trecho a seguir do Tratado Político que Baruch de Espinosa, com muito medo, publicou anonimamente, em 1670: "Todos devem reconhecer comigo que mais vale que o inimigo conheça os propósitos honestos de um Estado do que permaneçam ocultos aos cidadãos os maus desígnios de déspotas. Os que podem tratar secretamente dos negócios do Estado tem-no inteiramente em seu poder e, em tempo de paz, estendem armadilhas ao cidadão, como as estendem ao inimigo em tempo de guerra.

Que o silêncio seja freqüentemene útil ao Estado, ninguém pode negar, mas ninguém provará também que o Estado não pode subsistir sem o segredo. Entregar a alguém sem reserva a coisa pública e preservar a liberdade é completamente impossível, e é loucura querer evitar um mal ligeiro para admitir um grande mal. O mote daqueles que ambicionam um poder absoluto foi sempre que é do interesse dos cidadãos que os seus negócios sejam tratados secretamente e outras sentenças do mesmo gênero. Quanto mais estas se cobrem com o pretexto da utilidade, mais perigosamente tendem a estabelecer a escravidão."

Baruch de Espinosa estava receoso quando publicou isso, mas, quem não está? Que bom seria se ninguém mais precisasse ter medo.

Este ensaio, em última análise, demonstra também que na elaboração de textos legais, tarefa de juristas, não pode estar ausente a visão do cientista político, pois a posição filosófica de concepção geral do Estado deverá necessariamente estar presente em todo arcabouço legal.

Se, como Hobbes, a interpretação da sociedade for a do "bellum omnium contra omnes, porque, "homo hominis lupus", a conseqüência natural e lógica será o Estado absolutista, o Leviatã; se, como os marxistas, se admita que a realidade fundamental da sociedade é a luta de classes, chegar-se-á inevitavelmente ao monstruoso Estado burocrático com a ditadura do proletariado; se, como na Doutrina de Segurança Nacional, na sociedade há uma constante guerra psicológica, desembocar-se-á no Estado quase Orwelliano de vigilância permanente e geral através de uma Tought Police.

Nesses últimos 20 anos, o Brasil se tornou um Estado ideocrático, com uma doutrina básica subjacente, permeante e superjacente em todas as instituições.

Não se resolve isso apenas removendo entulhos, há que remover e construir um outro alicerce para que o Brasil possa ter realmente instituições duradouras e democráticas à altura do merecimento e do sofrimento histórico de seu povo."

2. Trecho da Seção VII - Considerações Finais, de Hélio Jaguaribe, constante do livro BRASIL, SOCIEDADE DEMOCRÁTICA (1986 - pág. 443):

..."É evidente, no caso brasileiro, a necessidade de uma clara diferenciação entre segurança externa e interna, com igual diferenciação das agências incumbidas de cada uma delas. Cabe às Forças Armadas, sob a direção do Presidente da República, a defesa externa da nação. Uma apropriada revisão das instituições brasileiras deverá atribuir a uma Guarda Constitucional, sob o controle do Parlamento e o comando

superior do Primeiro-Ministro, a defesa da segurança interna. Instituições comoo Serviço Nacional de Informações devem ser completamente desmilitarizadas e totalmente inseridas no sistema da segurança interna. Importa, por outro lado, que as instituições militares, para fins exclusivos de defesa externa, contem com eficazes sistemas de inteligência e contra-espionagem."...

3. Trecho do livro AS NOVAS ESTRUTURAS POLÍTICAS BRASILEIRAS de Álvaro Valle (1978 - págs: 140 e 141):

..."Por outro lado, os militares no poder lembravam os erros de João Goulart, seu desconhecimento da realidade dos quartéis, a deficiência de seus serviços de informações. Foram erros desta natureza que lhes facilitaram a vitória em 1964. Agora havia um Serviço Nacional de Informações, órgãos especializados e eficientes em cada arma, e qualquer risco de insubordinação ou indisciplina seria facilmente localizado."...

4. Trecho do livro MILITARES: PENSAMENTO E AÇÃO POLÍTICA, organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira (1987, págs: 78 e 79):

..."Ao nível da Presidência da República, criou-se mais uma estrela (a estrela presidencial) para os generais, visto que este nível máximo do poder de Estado tornou-se privativo de generais de exército. É certo que o processo atual pode levar à eleição de um Presidente sem esta qualificação, caso originário ainda do aparelho militar, mas também é certo que não está afastada a hipótese de nova condução de um oficial do topo da hierarquia. Ao nível do Ministério, o poder do aparelho militar expressa-se em seis cadeiras. Três correspondem às Armas, aacrescentando-se a Casa Militar, o Estado Maior das Forças Armadas e o SNI. O SNI não faz parte da estrutura militar mas não poderia ter a importância que tem se não expressasse, ao seu modo, parte do poder daquela estrutura. De outro lado, embora considerando-se as recentes modificações na Lei de Segurança Nacional, não houve mudança no que é substantivo: o julgamento de civis pela Justiça Militar sem que o país esteja envolvido em conflito armado externo, situação que geralmente fundamenta a aplicação do foro militar aos civis em delitos bem específicos. Sobretudo porque, julgando com exclusividade os delitos ligados à Segurança Nacional, a Justiça Militar comprova (em contradição com o preceito da LSN segundo o qual a segurança nacional não é principalmente nem exclusivamente militar) uma exclusividade que encontra seu sentido num quadro autoritário e repressivo.

A estrutura e funcionamento do SNI e de sua "comunidade de informações" representa hoje a sobrevivência de um poder fundado apenas no aparelho militar. Se o SNI configura-se um "monstro", deformação de seu projeto original na expressão de seu criador, General Golbery, tal característica se deve a que as informações sobre atividades e indivíduos, estruturas estatais e organismos societários, são indispensáveis para a

permanência dos detentores do poder. De sua estrutura saíram dois Presidentes (Médici e Figueiredo) e um (no momento) ex-presidenciável, General Otávio Medeiros, que representa um temor de retrocesso político. Seu evidente envolvimento no jogo de forças políticas só pode ser superado ou controlado mediante uma configuração efetivamente democrática e legítima do poder."...

5. Trecho do livro ESTADO E OPOSIÇÃO NO BRASIL (1964-1984) de Maria Helena Moreira Alves (1984, págs. 72, 73 e 74):

..."1. A Criação do Serviço Nacional de Informações

Segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, as "Informações na Segurança Interna" são necessárias para identificar "antagonismos e pressões" e manter sob vigilância as atividades de oposição "para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a identificá-los (aos "agentes" desses "antagonismos e pressões"), neutralizá-los ou anulá-los". A Segurança Interna depende, assim, da informação:

O papel das Informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna.

Desse modo, uma das primeiras medidas de institucionalização do novo Estado foi a criação do Serviço Nacional de Informações. O Presidente Castelo Branco insistiu em que o SNI não seria uma polícia secreta, mas um meio de "aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que possa agir com acerto e oportunidade". E acrescentava: "O SNI não tem qualquer paralelo com órgãos de propaganda ou doutrinação. Nem há por que se queira enxergar nele a instituição de um aparelho de espionagem terrorista". Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos; numa situação em que se verificava impossível isolar o "inimigo interno", todos eram suspeitos.

O SNI foi formalmente criado pelo Decreto-Lei No. 4.341, de 13 de junho de 1964. Seria um órgão de assessoramento do Executivo, responsável não perante o Congresso Nacional, mas perante o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente da República. A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em "todas as questões afetas à Segurança Nacional". Declarava que seu principal objetivo seria "coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à

informação sobre questões de subversão interna". Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo. Todos os chefes do SNI têm sido homens extremamente poderosos no Estado de Segurança Nacional, e muitos tornaram-se Presidentes da República. O General Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro diretor do SNI, tem sido um dos mais poderosos homens dos bastidores do regime, freqüentemente chamado de "eminência parda" do governo. Os Generais Garrastazu Médici e João Batista de Figueiredo, ambos chefes do SNI, seriam posteriormente indicados Presidentes do Estado de Segurança Nacional; na realidade, o ocupante deste cargo é geralmente considerado o mais provável sucessor presidencial.

Desde o início o SNI tem sido um eficiente ógão de coleta de informações e controle político. Ele tem, por lei, uma agência central em Brasília e agências regionais em todos os estados e territórios. O decreto-lei de 10 de dezembro de 1964 fixou a estrutura organizacional do SNI, regulamentou seu orçamento e especificou sua missão. Esta foi assim definida:

(...) a promoção e consecução das tarefas de avaliação e integração da informação(...) para distribuir esta informação entre os vários setores do governo; estabelecer todas as ligações necessárias com os governos estaduais e municipais, com empresas pública e privadas, e formular certos planos, entre os quais:
1. Planejamento da informação estratégica;
2. planejamento da Segurança interna;
3. planejamento da contra-informação.

Também determina a lei que o SNI não é obrigado a publicar informações, revelar sua estrutura organizacional ou discutir o funcionamento de suas agências. Funcionários e agentes do serviço podem ser transferidos de outros ministérios ou órgãos governamentais, ou de setores burocráticos civis ou militares, por simples requisição do chefe do organismo. O chefe do SNI tem status de ministro do governo e integra o Gabinete. É nomeado pelo presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional.

O chefe do SNI pode ainda recorrer secretamente "aos serviços e à colaboração, pagos ou não, de civis, militares, funcionáris públicos ou qualquer outra pessoa, para a consecução de missões específicas e especiais". Os militares em função do SNI são considerados em "missão militar especial, com correspondente merecimento. Os civis ali em serviço têm direito a um prêmio especial a ser fixado anualmente pelo Presidente da República.

O orçamento do SNI, estabelecido pelo Ministério da Fazenda, é de responsabilidade do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. A lei que criou o organismo fixou também seu primeiro orçamento: 200 milhões de cruzeiros, equivalentes na época a cerca de 90 milhões de dólares. O SNI deve

satisfações exclusivamente ao Presidente da República, e por isso mesmo fortalece o Executivo às custas do Judiciário e do Legislativo, que não têm poderes para supervisionar suas operações. O SNI é tão poderoso quanto o Executivo ao qual em teoria se subordina; em cada uma das crises verificadas nos últimos vinte anos, exerceu considerável pressão sobre o Presidente da República.

O SNI apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança Nacional. O quadro jurídico do Estado ficou estabelecido com o Ato Institucional No. 1, mas a criação do SNI foi a primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo."...

6. Trechos de artigo publicado na revista POLÍTICA E ESTRATÉGIA (Vol. III - No. 3 de JUL/SET 1985) sob o título Os Militares e a Democracia, de Walder de Góes.

..."Essa matéria pode ser vista sob quatro ângulos. O primeiro é o de que os aparelhos do regime militar estão intactos, assim garantidos na capacidade de agir. Sob vários aspectos, aliás, eles agem, pois o Serviço Nacional de Informações, SNI, assumiu inusitada preeminência no processo decisório do governo."... (págs. 444 e 445).

..."Aparelhos intactos

Em ensaio recente, tive oportunidade de chamar a atenção para o fortalecimento dos aparelhos repressivos e para os padrões originais de intervencionismo inaugurados pelo regime militar brasileiro. Aludia especialmente ao poder do SNI e aos processos que institucionalizaram a participação dos militares no processo decisório do Estado. Com base nestas observações, sugeria que o Estado brasileiro assumiu uma natureza híbrida, civil-militar, de caráter duradouro, pois as conjunturas militarizantes da vida política, ao longo dos últimos 20 anos, criaram realidades estruturais. Sob este aspecto, propunha que as conjunturas militarizantes associadas ao regime de 1964 se diferenciam das profundas e mais transitórias, limitaram-se a atos da alta hierarquia que não contaminaram as bases duradouras sob as quais funciona o sistema político. A intervenção de 1964, mais profunda e prolongada, parece ter efetivamente transformado a administração pública num campo privilegiado para conciliar os interesses das burocracias civil e militar, em bases duráveis.

Minha observação de agora é a de que esse panorama não sofreu modificação relevante. O aparelho repressivo propriamente dito moderou sua ação, mas mantém-se incólume, o que significa capacidade instrumental de agir idêntica à de que dispunha durante o auge do autoritarismo. Os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não foram reduzidos em seus efetivos nem tiveram seus regulamentos alterados. Somente

o Centro de Informações do Exército (CIEX) e suas divisões e serviços subordinados empregam cerca de 500 oficiais. A única mudança no âmbito do CIEX foi a decisão do ministro Leônidas Pires Gonçalves, em abril de 1985, de reduzir em cerca de 70 oficiais os efetivos do organismo ligados aos comandos das grandes unidades -- os quatro exércitos e os comandos militares do Planalto e da Amazônia. Mas a agenda rotineira do serviços secretos continua a mesma e é complexa e minuciosa -- vai do controle ideológico interno (programas de doutrinação) ao combate a drogas.

Quanto ao SNI, apenas duas decisões afetaram sua estrutura organizacional nos últimos dois anos. A primeira, em 1983, limitou a dois anos o tempo de permanência de oficiais do Exército da ativa em seus quadros. A segunda, em 1983, reduziu de general para coronel a patente dos ocupantes dos cargos de subchefe da Agência Central e de chefe das delegacias do Rio e de São Paulo. Paradoxalmente, duas sugestões feitas até agora ignoradas. A primeira propunha a autonomia dos centros de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em relação ao SNI. A segunda sugeria a extinção, pura e simples, das Divisões de Informação e Segurança (DSI) dos Ministérios e das Assessorias de Informação e Segurança (ASI) das autarquias e empresas estatais. O tentacular complexo do SNI mantém-se íntegro.

A contrário do que se deveria esperar, as recentes conjunturas de crise política fortaleceram o SNI. Chegando ao governo sem a força de que desfrutava Tancredo Neves, José Sarney não quis ou não pôde lidar com questões delicadas, como as referentes aos centros de informação das três Armas e às DSI e ASI. As próprias sugestões das Forças Armadas neste sentido perderam força, em face de preementes necessidades operacionais do novo governo. Além disto, aquelas mesmas conjunturas ampliaram a agenda política do SNI, na medida em que elas enfraqueceram a Aliança Democrática e abriram espaço àação de um organismo que, tendo preservado sua integridade organizacional, se revelou importante ponto de apoio do novo governo.

A agenda tradicional do SNI não foi alterada. Mantém-se a escuta telefônica, colhem-se informações, elaboram-se análises para a orientação das decisões presidenciais e utilizam-se os extensos fichários -- não houve expurgo quantitativo ou qualitativo de fichas -- para orientar provimento de cargos públicos. Recente publicação deu conta de que as DSI não mais farão triagem ideológica de funcionários públicos nem devassarão suas vidas privadas. No entanto, a questão fundamental é a existência mesma destes organismos e isto não está em causa. Ademais, criou-se uma nova agenda para o SNI, pois agora ele está autorizado a investigar casos de corrupção no serviço público, a coordenar ações governamentais em relação a greves, a funcionar como elo de ligação entre empresários e o presidente, a dirimir disputas interburocráticas, a orientar a propaganda do governo e, por seu chefe, a participar de reuniões do presidente com representantes da sociedade civil. Ultimamente, informou-se que ao SNI caberá

também a realização de estudos para desarmar fazendeiros e desmontar milícias privadas criadas em vários pontos do País para prevenir invasões de terras. Ora, neste caso o SNI substitui a polícia, assumindo um novo tipo de recurso de poder.

Duas outras informações são igualmente alarmantes. Uma diz que todos os envolvidos com a reforma agrária, funcionários públicos e líderes do sindicalismo rural, estão tendo sua "identidade ideológica" levantada pelo SNI. Outra assegura que o SNI lidera, no governo e como porta-voz do empresariado conservador, a persistência à atenuação das leis que submetem o movimento trabalhista-sindical à tutela do Estado.

Nada impede que conjunturas políticas mais favoráveis revertam esse quadro, desativando-se a nova agenda do SNI, reduzindo-se a agenda tradicional, revendo-se sua estrutura organizacional e submetendo-se o organismo a controles políticos mais definidos. No entanto, é imperioso constatar esta realidade paradoxal, transitória ou não, qual seja a de que a nova vida política fortaleceu, e não enfraqueceu, um organismo hipertrofiado justamente para servir ao autoritarismo."... (págs. 444, 445 e 446).

..."Ainda é cedo para realizar-se investigação que verifique se declinou ou não a presença de oficiais militares da reserva em cargos civis da administração federal. Investigação que realizei em 1979 constatou que 27,8% dos cargos de provimento tradicionalmente civil da administração federal, direta e indireta, se encontravam em mãos militares. Não há nenhuma razão para imaginar-se que esta penetração militar informal no Estado haja sido reduzida ao longo do governo Figueiredo. Terá sido reduzida nos poucos meses do governo civil? Alguns militares perderam seus empregos nos Ministérios das Comunicações e da Previdência, mas a grande massa está em outras zonas: nas DSI, nas ASI e em cargos administrativos e técnicos das empresas estatais. Este fato não é irrelevante, pois justamente ilustra os processos de conciliação e colaboração entre civis e militares na administração pública, um instrumento de que se valeu o regime militar para criar e difundir sua ideologia. É certo que a presença de militares em cargos civis da administração pública não é fato novo. Muitos militares ocuparam cargos civis durante o Estado Novo e mesmo durante a República Populista (1945-64), mas em número nada comparável ao de agora. De qualquer forma, tanto é grave a escala atual da penetração militar informal do Estado quanto a persistência de processos intervencionistas cujas raízes se encontram no Estado Novo.

A Postura intervencionista

Sugere Bolívar Lamounier, em artigo confessadamente cético quanto à consistência do refluxo militar, que a desmilitarização do sistema político exige que as Forças Armadas reexaminem em profundidade algumas das premissas de seu relacionamento com a política civil. Uma é a de que as

instituições civis necessitam de uma tutela militar permanente e minuciosa. Outra premissa é a de que a presença constante do grande olho militar, permeando a sociedade com seus controles e advertências, atenua ou elimina os conflitos sociais. A terceira premissa a ser reexaminada é a tradicional intolerância dos militares com o alargamento do espectro ideológico.

Não há sintomas de que o reexame dessas premissas esteja em pauta nas Forças Armadas. Ao contrário, o intervencionismo continua impresso no discurso e na postura da corporação, especialmente de seus novos chefes. Esta questão pode ser vista sob três ângulos, a saber: as marcadas posições dos três militares contra mudanças na definição constitucional do papel das Forças Armadas, o envolvimento de chefes militares em ações contra o movimento grevista e a linguagem da grande massa de panfletos de autoria militar que circulam nos quartéis."... (págs. No. 446 e 447).

..."O envolvimento de chefes militares no movimento grevista tornou-se evidente, particularmente durante o mês de maio de 1985, quando o chefe do SNI funcionou como porta-voz do governo federal perante governos estaduais e quando se celebraram sucessivos encontros, para tratar de matéria, entre comandantes do Exército e governadores, especialmente o de São Paulo."... (pág. No. 448)

7. Trechos do livro O GOVERNO MILITAR SECRETO de Nelson Werneck Sodré (1987)

..."Dir-se-á que tais restrições partem de áreas contrárias à ditadura, de áreas de esquerda, de áreas "subversivas". Mas são estas, precisamente, as restrições que foram formuladas, com clareza contundente, por um elemento que participou da derrubada do governo constituído, em abril de 1964 -- o almirante Saldanha da Gama. Esse ilustre militar não teve meias-medidas, ao combater a inversão conceitual estabelecida pela ditadura, relegando a missão nacional das Forças Armadas aos arquivos: "Vi com desgosto que, na Constituição, a expressão segurança externa foi substituída por segurança nacional. Com uma só palavra mudou-se a filosofia do Governo. É a tutela da nação pelo poder militar." Sua crítica vai aos detalhes de execução: "o militar vive, melancolicamente, a apreciar esses casos de delitos contra a segurança interna. Basta que um estudante piche um muro, e toda a Força Armada se move contra ele, enquanto os serviços de informações nada sabem a respeito da segurança externa." E tira esta conclusão desalentadora: "A nova Constituição e a atual Lei de Segurança Nacional transformaram as Forças Armadas em simples beleguins."...(pág. No.113)

..."Para manter o povo na ignorância, para impedir as suas reivindicações, para assegurar a "ordem", isto é, a manutenção do status quo, a ditadura deve multiplicar as organizações policiais, ampliá-las, torná-las imensas,

poderosas, implacáveis. As forças armadas nacionais, compelidas pelo imperialismo, até mesmo do ponto de vista doutrinário, a se transformarem em polícias, destinadas agora apenas à repressão, incumbidas da missão ingrata de violentar o seu próprio povo, de amordaçar os seus próprios concidadãos, multiplicam os seus órgãos de "inteligência", isto é, de espionagem, não, agora, contra o inimigo estrangeiro, mas contra a sua própria gente. Os orçamentos policiais crescem de forma desmedida, passando a pesar consideravelmente no total da despesa do país. Enquanto a saúde, a educação, a cultura são relegadas a segundo plano, mesmo porque repesentam fomentar a inquietação, a curiosidade, o inconformismo, as organizações policiais absorvem parcelas crecentes do orçamento, como se constituíssem necessidades de primeiro plano, com absoluta prioridade. Quanto mais inquieto o povo, tanto mais pesado e oneroso o aparelhamento policial. O que aconteceu no Brasil, com a implantação da ditadura, é típico. Um dos primeiros atos dessa ditadura foi o da criação do SNI (Serviço Nacional de Informações). Em junho de 1964 estava já constituído -- com a rapidez da tramitação parlamentar imposta pela "nova ordem" vigente no Brasil -- o novo órgão. A esse respeito, um jornal do Rio definiu bem o problema, em nota editorial: "Subiu, enfim, à sanção presidencial o projeto de lei, aprovado pelo Congresso, que cria uma nova repartição pública, com categoria de Secretaria de Estado: é o Serviço Nacional de Informações (SNI). Também já parece escolhido o novo ministro de Estado: seria um general conhecido como autor de livros de natureza política. O projeto governamental estava pessimamente redigido, em termos tão ambíguos que, no primeiro momento, acreditávamos, como todos, trata-se de um novo DIP. Foi preciso que as Comissões da Câmara restabelecessem, no texto, a intenção: O SNI só pretende colher informações para o governo. Informar o governo? Mas não existem outros serviços para tanto, em primeira linha a Agência Nacional? Não, o SNI será coisa diferente. Informará e agirá, e em segredo. Será, enquanto o texto permite compreender, um cruzamento do FBI (Federal Bureau of Investigations) com a CIA (Central Intelligence Agency). Esses dois serviços, nos Estados Unidos, não são idênticos, mais rigorosamente separados. O FBI é uma polícia federal, competente em todos os casos cujos efeitos não se limitam a um só Estado da União. A CIA é o serviço secreto de espionagem e contra-espionagem, que também é inoficialmente empregado em atividades pelas quais o governo não deseja ou não pode assumir a responsabilidade. No Brasil, o SNI reunirá as duas atribuições. Fará, como serviço secreto, espionagem e contra-espionagem (de quê?) e agirá como polícia política federal, acima dos Estados e, também, acima do Congresso porque este não poderá fiscalizar-lhe as atividades nem solicitar prestação de contas. É um Ministério da Polícia Política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático."

Não tardou que a ação do órgão de espionagem e polícia política se tornasse tão generalizada e profunda que surgiram os comentários mais ácidos. Um jornal do Rio de Janeiro, por exemplo, declarava, em editorial, em maio de 1965: "O governo

federal precisa chegar a uma conclusão. Ou faz política ou faz espionagem. (...) A correspondência continua sendo violada -- especialmente as cartas e os telegramas que são enviados do exterior para políticos contrários ao governo. A censura telefônica já se institucionalizou. E a coisa mais comum, hoje em dia, é a marcação de encontros, entre políticos, em locais seguros, porque nenhuma conversa de importância pode ser mantida por telefone. Há oficiais das Forças Armadas -- cassados ou não cassados -- que continuam sob vigilância. Há recomendações sigilosas à oficialidade para que sejam evitados os contatos com um ou outro chefe militar no qual o governo não confia." Apareciam, de todos os lados, as denúncias das atividades policiais e secretas do SNI: "O Dr. Alceu Amoroso Lima recentemente condenou essa tendência do nosso Governo de se apoiar na espionagem interna, intrometendo-se na vida particular dos cidadãos, para tomar decisões de caráter político. E o prior dos Dominicanos do Rio, Frei Pedro Secondi, teve a oportunidade de censurar o presidente Castelo Branco por ter determinado a instalação de um curso de espiões na Escola Superior de Guerra, sobretudo porque esses agentes atuação nos meios estudantis, sindicais, empresariais, intelectuais e, muito provavelmente, militares.

Um parlamentar teria oportunidade de voltar a ocupar-se do assunto, na discussão do orçamento para 1968. Seu depoimento, a esse respeito, teria sido espantoso em país de regime democrático: "O Serviço Nacional de Informações dispõe, pelo orçamento em discussão, de 7 a 8 vezes mais que os 400.000 cruzeiros novos que são dedicados às bolsas de estudo para os filhos dos integrantes da extinta Força Expedicionária Brasileira. (...) Pretende-se gastar mais de 4 bilhões de cruzeiros antigos em atividades de espionagem interna no próximo ano fiscal. Desse total estão excluídas as verbas dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, diluídas nas despesas com serviços administrativos, assim como, por motivos óbvios, as que se destinam aos serviços de caráter reservado do Ministério das Relações Exteriores. (...) Ainda que pareça estranho, o Ministério da Saúde é o que vai gastar mais dinheiro com a Assessoria de Segurança Nacional -- 158.028 cruzeiros novos -- não sendo, assim, de pasmar que tais assessorias se estejam tornando cabides de empregos para certos militares reformados. (...) Na Educação, com a Assessoria de Segurança Nacional, para espionar alunos e professores, o Governo pretende dispensar mais do que com o incentivo à publicação de livros didáticos, ao qual destinou, no orçamento, a quantia de NC$ 17.386, enquanto para a outra destinou NC$ 45.776. (...) ... Só o Serviço Nacional de Informações, com dotação de NC$ 3.044.804, terá mais recursos do que os previstos no âmbito do Conselho Nacional de Pesquisas, para desenvolvimento de estudos e pesquisas espaciais -- NC$ 1.843.000 -- e para desenvolvimento de projetos a cargo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais -- NC$ 1.162.000." No ano seguinte, o mesmo parlamentar voltaria ao tema: "Segundo o DASP, a União vai gastar 300 milhões de cruzeiros novos (ou seja, 300 bilhões de cruzeiros velhos) com "pessoas sem vínculo empregatício, contratadas como

colaboradores de natureza eventual". Imagino quantos agentes secretos do Serviço Nacional de Informações, espiões, informantes, delatores, alcagüetes, adivinhos e outros estão incluídos nessa relação, entre funcionários honrados, que cumprem o seu dever. É válida a preocupação, uma vez que as verbas do SNI são secretas e estão, em grande parte, disseminadas entre as verbas de outros órgãos, de acordo com a técnica usada pela Central Intelligence Agency (a famosa CIA) dos Estados Unidos, que lhe serviu de modelo. Ultimamente, o SNI já passou a fornecer a alguns políticos oposicionistas, através de terceiras pessoas, transcrições de conversas reais ou imaginárias, de correligionários desses mesmos políticos, obtidas graças a processos de gravação de telefones."

A criação do SNI não seria apenas o primeiro passo para a montagem de uma estrutura de polícia política e de espionagem interna inédita no Brasil como traduziria a natureza mesma da ditadura e suas finalidades específicas, isto é, o meio de conter o povo, de lhe impedir as manifestações. Um comentarista político viu bem esse aspecto essencial do processo: "O SNI ainda não se transformou numa GESTAPO ou numa GPU dos tempos de Hitler e de Stalin. Mas começa a engatinhar e mostrar os dentes. Dentro em breve, poderá firmar-se em suas quatro patas. É um filhote de monstro. Para que este órgão especializado de espionagem e de repressão? Contra quem ele atua? (...) Não se pode esconder o sol com a peneira. O SNI não foi criado para fazer frente ao inimigo exterior. Não é um aparelho para combater a ambição dos que procuram apossar-se das riquezas nacionais e recolocar o Brasil no seu papel de colônia. O SNI formou-se precisamente para espionar e perseguir os que lutam pela redemocratização do País e pela sua independência econômica. Está, portanto, direta ou indiretamente, a serviço do imperialismo, cujo ideal é ocupar o Brasil com suas próprias tropas e exercer o controle político por meio de um organismo indígena de vigilância e repressão. É mais econômico. (...) Chegou-se ao ridículo supremo. O Brasil financia uma política antinacional, antidemocrática, antipopular, contra seus próprios interesses econômicos e políticos." Dava um exemplo: "No momento preciso em que o senador Daniel Krieger defendia o aumento das verbas extraordinárias para o SNI, os agentes deste órgão se divertiam em fotografar, nos bares, o líder do Governo e gravar seus telefonemas particulares e políticos. Isto é do conhecimento, em Brasília, de todos os senadores e deputados."

A rede do SNI, pouco a pouco, ia sendo montada, de forma a alcançar todos os setores, todas as atividades: "O presidente da República -- informava certo jornal -- criou o Serviço de Informações da Aeronáutica, órgão assessor do titular da Pasta e destinado a coordenar, em estreita relação com o SNI, as atividades de informações e contra-informações que interessem à Segurança Nacional." Missões do SNI transpiravam, de vez em quando: "Um questionário eleborado no Serviço Nacional de Informações, com perguntas que vão desde a religião até a opinião política, indagando, também, se concorda ou não com a orientação do Governo, está sendo entregue pelo almirante

Silveira Lôbo, Diretor Geral do Pessoal da Marinha, aos oficiais e praças que encaminham requerimentos solicitando transferência para a reserva." Em todos os Ministérios, autarquias, empresas estatais, instalaram-se seções de Segurança Nacional, diretamente dependentes do SNI, chefiadas por oficiais, providas com pessoal militar e civil, vigiando, inclusive, as iniciativas e atitudes dos próprios ministros.

Era preciso ir mais longe, entretanto. O decreto no. 60.417, de 11 de março de 1967 ia além, estabelecendo o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos, considerando como documento sigiloso "qualquer material impresso, datilografado, gravado, desenhado, manuscrito ou fotografado, e suas respectivas reproduções, que esteja classificado de acordo com os artigos 2o. e 4o. do presente regulamento". O artigo 2o. dizia que "são documentos sigilosos aqueles que, por sua natureza, devem ser de conhecimento restrito"; o artigo 4o. fixava quatro graus de sigilo: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado; o primeiro abrangia os documentos cujo conhecimento devia ficar apenas nas pessoas intimamente ligadas ao seu estudo ou manuseio; adiante aparecia uma discriminação dos assuntos normalmente classificados como ultra-secretos: "negociações para alianças políticas e militares, hipóteses e planos de guerra, descobertas e experiências científicas de valor excepcional, informações sobre política estrangeira de alto nível". A Lei de Segurança, com a qual se entrosava este novo instrumento de policialismo e de política secreta, manipulada por poucos, estipulava graves penas para quem divulgasse documentos classificados como sigilosos, sem estabelecer qualquer distinção entre eles. O regulamento fixava as autoridades que podiam classificar os documentos. Não apenas a discriminação dos documentos como sua classificação era vaga, imprecisa, tornando passível de pena grave a dicussão de qualquer problema ou documento a este referente, segundo o arbítrio das autoridades ditatoriais. Comentário pertinente, mostrando o erro de tudo isso acrescentava: "Trata-se, em última análise, do estabelecimento de um governo secreto, aliás, coisa natural nas mentes de militares e civis que adotaram os conceitos de "guerra revolucionária" que fizeram a glória efêmera e o infortúnio definitivo dos militares e civis franceses que acabaram criando a Organização do Exército Secreto. De acordo com o Regulamento Geisel, qualquer oficial do Exército, em qualquer posto, em qualquer situação, pode decidir se um assunto é confidencial ou reservado. E se um funcionário, por qualquer motivo, divulgar um documento assim classificado, no todo ou em parte, poderá ser enquadrado na Lei de Segurança, com prisão até 60 dias, com processo em tribunal militar, com a suspensão do seu emprego (até mesmo do "bico" que tiver numa empresa privada), sem o benefício do sursis, sem o recurso do pagamento de fiança, etc. E se um jornalista defendê-lo pela imprensa. A Lei de Segurança também prevê o seu enquadramento, com o agravamento de pena, pois o crime, nesse caso, foi cometido através da imprensa.

Logo aparecia a finalidade dessa legislação pitoresca:

o governo (aceite-se o eufemismo) começava a limitar as atribuições do Legislativo, utilizando o Regulamento de Resguardo do Sigilo de Estado. Um dos casos concretos, motivando protesto do líder da oposição, relacionava-se com a mensagem do Executivo pedindo abertura de crédito de NC$ 96.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros antigos) para o pagamento de despesas com o Comando Unificado da Força Interamericana de Paz (Operação São Domingos), mensagem que chegou ao Congresso classificada como "confidencial". Com esse caráter, ficava impedida a publicação do avulso que precede a discussão e votação das matérias, não poderiam ser solicitadas informações que o Executivo omitira, como, por exemplo, os fundamentos legais do compromisso brasileiro (já que mencionava uma Força Interamericana de Paz, inexistente), isto é, as cláusulas de acordo, tratado ou convênio que obrigassem o Brasil a cobrir a referida despesa. A ditadura valia-se, assim, do regulamento de sigilo para cercear atribuições específicas do Legislativo; para, no fim de contas, esconder, furtar ao debate, assuntos difíceis, posições insustentáveis. Anteriormente, e com o mesmo fundamento na natureza sigilosa dos assuntos, a ditadura se recusara a informar sobre dados relativos ao levantamento aerofotogramétrico que entregara a estrangeiros, como fornecera informações quantitativas sobre efetivos militares, mas advertindo de que os parlamentares não as poderiam mencionar e utilizar em suas intervenções em plenário ou nas comissões. O mesmo estava para acontecer em relação ao problema do controle da natalidade, em que o imperialismo punha ênfase e que se pretendia subtrair à discussão parlamentar.

Montada a rede do SNI, seu funcionamento pleno não teve mais limite algum, alcançando desde investigação sobre problemas de gravidade indiscutível até a aprovação para nomeação de funcionários, em que o seu pronunciamento se tornou indispensável e, quando negativo, com a força de proibição. Superpondo-se aos serviços secretos das Forças Armadas, que mantiveram suas redes próprias, às Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), aos Serviços de Ordem Política e Social (SOPS) do Departamento Federal de Segurança Pública, e a outras organizações de espionagem e repressão política, o SNI passou a controlar tudo, no Brasil. Desse controle, naturalmente, não tardaram a surgir incidentes, alguns cômicos, outros grotescos, todos tristes, como indício do Estado policial estruturado pela ditadura, como conseqüência específica de sua finalidade. Tudo, no Brasil, passou a ser vigiado. Como as agitações estudantis ocupassem, com freqüência, as atenções, a vigilância no meio estudantil e intelectual cresceu e se multiplicou. Assim, mal iniciado o ano de 1968, um jornal informava: "A Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, recebeu, juntamente com todas as Universidades públicas e particulares, e ainda todos os diretores e chefes de repartições do Ministério da Educação, uma circular do Serviço de Segurança do MEC, órgão subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), exigindo informações sobre as tendências ideológicas dos funcionários daquelas entidades e do Ministério. O Serviço de Segurança do MEC remeteu ainda às Universidades brasileiras e ao

diretores de repartições do MEC uma circular, definindo o conceito de segurança nacional que, segundo o órgão de segurança do Ministério da Educação, "nada tem a ver com o conceito popular de segurança pública". As circulares do MEC causaram apreensão aos estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo, que acusam o Governo de "intraqüilizar a vida universitária do País". (...) O reitor da Universidade de Minas Gerais, professor Gérson de Brito Melo Boson, já denunciou a participação de agentes do SNI nas Universidades brasileiras, frisando que "aquele órgão exerce severa fiscalização nas Universidades". No Rio, o SNI prejudicou o ambiente univesitário, com as conseqüentes delações que, em 1967, proliferaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro, provocando a punição de 24 estudantes da Faculdade de Direito, cujo diretor é o Sr. Hélio Gomes, que faz parte da Comissão Meira Matos. Em São Paulo, os estudantes já começaram a denunciar as delações "que antes do SNI não aconteciam"." A mesma denúncia surgia, também, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro."...

8. Trechos do livro O BRASIL DO GENERAL GEISEL de Walder de Góes (1978)

..."Esse o esquema básico atualmente vigorante no Palácio do Planalto, a todos os níveis, e que se baseia no quarteto de assessoramento principal do presidente: os Chefes das Casas Civil e Militar, o Chefe do SNI e o Chefe da Secretaria de Planejamento. Depois de receber seus ministros e discutir densas agendas, a decisão logo se produz, o presidente solicita mais estudos aos próprios ministros, ou lhes pede que se dirijam a um dos membros do quarteto ou a mais de um deles. Assim, por exemplo, os assuntos econômicos são remetidos a Reis Veloso (Secretaria de Planejamento); os assuntos militares ligados à segurança nacional ou ao Ministério das Comunicações são enviados ao General Hugo Abreu (Casa Militar); quaisquer assuntos podem ser despachados ao General Figueiredo (SNI); e as questões políticas, ligadas à elaboração de leis, ao julgamento de oportunidade e à coordenação, são levadas a Golbery (Casa Civil)."... (pág. No. 25)

..."Geisel e os quatro "ministros da casa", em suas duas reuniões diárias, constituem certamente o principal conselho informal do governo como mecanismo detonador de decisões imediatas ou instrutor de diretrizes para decisões futuras. As reuniões representam ainda oportunidade adequada para as solicitações presidenciais de relatórios informativos, a serem procedidos pelo SNI,"... (pág. No. 27)

..."Nos processos de cassação de mandatos de direitos políticos, por exemplo, a decisão é pessoal do presidente, pode ser gerada por denúncia de qualquer setor do governo e invariavelmente é produzida em cima de relatórios do SNI."... (pág. No. 29)

..."As ligações informais desempenham às vezes papel muito importante. Nos casos de processos relativos a punições políticas, a decisão do presidente é diretamente assessorada pelo SNI, mas não raro a Secretaria-Geral do CSN dispõe de informações que também são usadas. Mas cabe-lhe, sobretudo, ritualizar o processo. Assim, as relações informais entre o Secretário-Geral do CSN, General Hugo Abreu, e o Chefe do SNI, General João Batista Figueiredo, permitem que os papéis necessários sejam preparados com antecedência, encurtando-se o tempo que medeia entre a produção da decisão presidencial e sua comunicação."... (pág. No. 37)

..."Numa sociedade democrática, onde a quantidade de informações ostensivas é maior do que a quantidade de informações reservadas e onde aquelas são aprimoradas pela sua livre circulação e pela crítica, o governante pode compensar seu isolamento e a deficiência dos informantes e relatórios oficiais com a utilização do fluxo de informações ostensivas."... (pág. No. 43)

..."A parte da sinopse diária, o SNI prepara para o presidente, a pedido dele ou por sua deliberação autônoma, um fluxo considerável de estudos especiais de problemas específicos, a partir de investigações orientadas para esse fim. Tais estudos, destinados inclusive à avaliação de reações previsíveis da opinião pública ou de categorias especiais, são realizados em todos os domínios de interesse da decisão presidencial: político, militar, econômico, financeiro, pertinentes à segurança interna e ao funcionamento da própria administração, em seus diferentes níveis e em todo o seu amplo conjunto de atividades. Raras decisões presidenciais de maior relevância, na presidência Geisel, dispensam relatórios informativos e críticos do SNI, muitos dos quais já não exigem investigações novas e específicas, em virtude da vasta quantidade de dados armazenados pela agência central do órgão. Para essa agência central, dotada de sistemas de processamento de dados e amplo corpo de analistas especializados em diferentes áreas de conhecimento, afluem informações de toda a rede capilar do organismo, que está presente hoje em todo o país."... (págs. No. 49 e 50)

..."A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NO GOVERNO

O SNI é filho da Escola Superior de Guerra, cuja ideologia forneceu conteúdo à lei de fundação e aos regulamentos baixados em junho de 1964 pelo Marechal Castelo Branco, assim como ao processo de sua organização, chefiado pelo General Golbery do Couto e Silva, Castelo e Golbery, ambos teóricos fundadores da ESG, imaginaram um organismo para "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessam à segurança nacional". O conceito esguiano de segurança nacional, adotado pelos sucessivos governos pós-64, explica as amplas operações desenvolvidas pelo SNI para produzir informações e avaliações úteis ao planejamento do

desenvolvimento em suas diferentes esferas.

Sem embargo de sua fidelidade permanente aos princípios ideológicos da ESG, o peso específico dentro do sistema de poder e as orientações informais do SNI variaram de acordo com o pensamento político e a personalidade dos presidentes nascidos do movimento de 1964. Sob Castelo Branco o SNI se definiu e se estruturou, tendo sido numerosas vezes paralisado em tentativas de exorbitar das tarefas formalmente estabelecidas. Sob Costa e Silva e Médici, já definido e estruturado mas ainda sem a ampla base organizativa de hoje, foi um organismo forte, com excepcional poder de decisão sobre vasto conjunto de atividades públicas federais e estaduais. Geisel, ao empossar-se, teve a preocupação de repor o trabalho do SNI nos limites de suas atribuições legais. No entanto, o organismo cresceu e chega agora a proporções que o transformaram compulsoriamente num centro de poder com notável influência sobre todo o conjunto das operações governamentais e até sobre atividades privadas.

O SNI é hoje um enorme complexo, mas essa complexidade não pode ser avaliada segundo seus dispêndios financeiros e seu quadro de pessoal, que constituem matéria secreta. A espinha dorsal -- ou talvez o cérebro -- do organismo é sua agência central, sediada em Brasília, que orienta e recebe relatórios de todas as agências, de "órgãos cooperadores e elementos colaboradores", conforme o artigo 10o. do Regulamento. Em cada ministério há um núcleo organizado do SNI, denominado Divisapo de Segurança e Informação (DSI). De acordo com a legislação que as criou, as DSI são subordinadas aos respectivos ministros de Estado, "sem prejuízo, no campo das informações, de sua condição de órgão sob superintendência e coordenação do SNI". Uma DSI tem em média trinta funcionários e seu controle pelos ministérios, bem como sua influência além das tarefas definidas nos regulamentos, variam de acordo com a personalidade de cada ministro.

No governo Castelo Branco, um ministro de estado queixou-se ao presidente de excessos da DSI em seu ministério. Ela interferia em matéria de exclusiva competência do gabinete. Castelo, além de autorizar o ministro a não observar as pressões, pediu a Golbery -- então Chefe do SNI -- que tranqüilizasse o ministro e lhe desse garantias de que o organismo não fora criado para condicionar as decisões ministeriais. Os problemas, porém, não se colocam em nível formal, mas no desempenho informal das DSI. Elas emitem pareceres sobre pessoal a admitir, sobre comportamentos de funcionários e oferecem relatórios sobre problemas afetos a seu ministério. Observado o limite da oferta de relatórios, a DSI desempenha papel de assessoramento legal do ministro, mas não raro decisões finais contrárias ao espírito dos relatórios geram ressentimentos e desencadeiam pressões, muitas das quais só são eliminadas quando levadas a consideração superior, no Palácio do Planalto. Em muitos casos ministros cedem às pressões, até para não se incompatibilizarem perigosamente com o conjunto da comunidade de informações e segurança do governo.

Sob dupla lealdade -- ao ministro e à Chefia do SNI -- as DSI adotam posturas que às vezes se assemelham a formas de policiamento da área sob sua jurisdição funcional. Se isso ocorre em relação a ministros de Estado, mais facilmente ocorre em relação a dirigentes do segundo escalão da administração federal. Em cada órgão do segundo escalão funciona uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI), com atribuições idênticas às DSI e diretamente subordinadas àDSI do ministério ao qual o órgão se vincula. Por essa via, também as ASI ligam-se à Agência Central do SNI. A nível estadual, funcionam as agências regionais do SNI, igualmente vinculadas à agência central e de estrutura idéntica mas proporcional ao tamanho e à complexidade da área sob sua jurisdição. As agências regionais não têm relações funcionais formalmente estabelecidas com os governos estaduais, mas há vínculos informais, em cujo âmbito muitas vezes reproduzem-se os tipos de condicionamento existentes nas relações entre as DSI e os ministros de Estado. Governadores de menor expressão política, atemorizados por julgamentos federais estipulados pela comunidade de informações e segurança, muitas vezes subordinam aos núcleos locais do SNI decisões que lhes são privativas. Nos municípios, agentes subordinados às agências regionais os representam e têm relações com as administrações municipais semelhantes às que se dão a níveis estadual e federal.

Os quadros de pessoal do SNI, em todos os seus níveis, ou são contratados em regime de CLT ou requisitados aos órgãos civis da administração e às Forças Armadas. As praças são diretamente requisitadas a qualquer das três armas pelo Chefe do SNI, mas os oficiais só podem sê-lo pelo Presidente da República. O SNI é isento por lei das prescrições legais que determinam a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos. Tais ressalvas beneficiam, inclusive, a Escola Nacional de Informações, adida à Agência Central do SNI, criada em março de 1971 para treinar pessoal especializado em produção e análise de informações. A escola, que é peça fundamental do processo de expansão do SNI, já formou várias turmas e seus objetivos explicitados em leis são três: a) preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informação e contra-informação do sistema nacional de informações; b) cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações; c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do sistema nacional de informações.

Teoricamente, o SNI realiza as tarefas de informação e contra-informação dentro do território brasileiro, incumbindo aos Centros de Informações e Segurança (CIE) do Exército, Marinha e Aeronáutica as atividades pertinentes a ameaças de agressão externa ou guerra. Nessa medida, os CIE das três armas são autônomos, mas de fato sua relação com o SNI reproduz a situação de dupla lealdade das DSI. No início de 1977, o Centro de Informações do Exército enviou expedição à Argentina com o objetivo de produzir relatórios sobre a situação política do país, tendo em vista as discussões em torno do aproveitamento energético do Rio Paraná. Trata-se de operação típica dos

centros de informações militares, mas há casos de expedição do SNI ao exterior, conhecendo-se viagens realizadas a Portugal e à Venezuela. A abrangência das funções do SNI -- "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação" -- atribui-lhe autoridade sobre os três centros, que operam em território brasileiro em observância da doutrina da "agressão externa pela via interna". Dado o caráter internacional do movimento comunista, por exemplo, as atividades comunistas dentro do país são investigadas e policiadas pelo SNI e pelos centros das três armas, sob a superintendência daquele.

Incorporando o antigo Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), adido à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a criação do SNI inspirou-se em estudos da ESG sobre organismos congêneres do Ocidente. Os estudos da ESG em matéria de produção de informações encontram-se atualmente consolidados num manual (edição 77/78), uma de cujas fontes inspiradoras principais é o livro A Produção de Informações Estratégicas, de Washington Platt, traduzido em 1974 da segunda edição norte-americana, que apareceu em 1962. Com base nesses estudos, concebeu-se a estrutura organizacional que se desdobra do gabinete do chefe, que tem nível de ministro de Estado, ao agente municipal. Ao SNI compete, coordenando as operações de toda a sua vasta rede, elaborar o planejamento de informações estratégicas, o planejamento de segurança interna e o planejamento de contra-informação.

Para realizar a tarefa, a Agência Central do SNI organizou três secções -- de informações estratégicas, de segurança interna e de operações especiais, modelo que também se aplica à organização das agências regionais e cujas funções obedecem às seguintes conceituações básicas:

Secção de informações estratégicas: planeja a pesquisa e a busca de dados tendo em vista proceder aos levantamentos estratégicos das áreas que lhe forem determinadas; reúne, processa e mantém em dia os dados colhidos e os estudos realizados, de forma a fornecer informações e estimativas das áreas levantadas e da conjuntura nacional.

Secção de segurança interna: identifica e avalia os antagonismos, existentes ou em potencial, que afetam a segurança interna; realiza o processamento dos dados obtidos e propõe a difusão adequada dos informes, das informações, das conclusões e dos estudos realizados.

Secção de operações especiais: realiza a busca especializada de informes, quando não for possível ou conveniente obtê-los por meio dos órgãos de cooperação e colaboração; participa do planejamento de operações a ser realizado com outras agências ou com outros órgãos governamentais, tendo em vista um objetivo comum.

Ao elaborar a sua teoria geral, a Escola Superior de

Guerra afirma que ao Estado-Maior das Forças Armadas "cabe coordenar as informações estratégicas no campo militar, e ao Serviço Nacional de Informações compete, como órgão produtor de Informações Nacionais, a coordenação dos demais campos". A ESG estabelece ainda uma ampla base conceitual, da qual se valem o SNI e os órgãos de informações das três armas, para classificar e organizar suas operações."... (págs. 51, 52, 53, 54, 55 e 56).

..."A necessidade de dar combate à subversão acentuou o controle das polícias estaduais, civis e militares e dos mecanismos de informação, pelo Exército, pelo SNI e pela Polícia Federal."... (pág. No. 117).

..."Os comandantes regionais do Exército, por exemplo, não atuam como vice-reis apenas porque assim desejam ou porque suas tarefas assim exigem, mas também porque os titulares das próprias administrações estaduais abrem mão de suas prerrogativas para não raro submeter aos generais, assim como aos escritórios do SNI, muitas vezes de suas decisões."... (pág. 117).

..."A substituição da negociação pela repressão, na UnB, não foi ato da reitoria, mas política traçada em centros vitais do regime, embora aceitas pelo Reitor Azevedo. A questão é, porém, mais complexa. As decisões são produzidas a partir de relatórios informativos dos diferentes segmentos da chamada comunidade de informações e segurança. Os relatórios são conflitantes, na medida em que refletem dissídios internos no segundo escalão dos órgãos de informações e segurança, e por tal motivo as decisões finais não são límpidas e seus atores ostensivos não se comportam coerentemente."... (pág. 141)

..."Mas nem isso impediu, porém, que um relatório do SNI haja indicado ao Ministério da Educação, ano passado, a necessidade de providências para paralisar no nascedouro o que parecia, aos agentes, perigosos começos de rebelião estudantil."... (pág. 142).

09. Trechos do Livro AVENTURA, CORRUPÇÃO E TERRORISMO A SOMBRA DA IMPUNIDADE do Coronel Dickson M. Grael (1986)

..."Em 1967, um grupo de oficiais do Exército tentou obter do General Médici (então Chefe do SNI) alguma ação contra Delfim, baseado em informações que o acusavam de corrupção e faziam revelações sobre seu comportamento moral. Médici alegou que nada poderia ser feito no momento, justificando que haveria em breve, em São Paulo, uma reunião das autoridades da área econômica com o FMI e que Delfim iria presidi-la. Logo, seu afastamento naquela oportunidade poderia causar má repercussão junto aos meios financeiros internacionais e prejudicar as negociações. Mas assegurou aos oficiais que "os dias de Delfim estavam contados".

Mesmo depois, em fevereiro de 1968, na residência do

General Afonso de Albuquerque Lima, presentes vários oficiais superiores, entre eles os Generais Manso Netto, Candal Fonseca e Garrastazu Médici, o então Presidente da Petrobrás "cobrou" do chefe do SNI: "Você não disse que o Delfim não emplacava 68?" Médici se justificou informando que já entregara o dossiê do SNI sobre Delfim ao Presidente Costa e Silva mas esta não se decidia a exonerar o Ministro da Fazenda.

E quando chegou à Presidência em 69, estranhamente, Médici fez de Delfim uma espécie de superministro. O punido acabou sendo o Coronel Amerino Raposo, um dos oficiais que tinham participado ativamente do movimento contra o ex-Ministro da Fazenda: exoneraram-no do SNI.

Dez anos mais tarde a história se repetiria: outro chefe do SNI, que igualmente tomara conhecimento de denúncias contra Delfim pelo "Relatório Saraiva", ao tornar-se Presidente da República, em vez de elucidar o caso, presenteou o denunciado com um Ministério e acabou permitindo que se tornasse um todo-poderoso mandarim de seu Governo."... (págs. No. 75 e 76).

..."O certo seria a Presidência da República requisitar ao Ministério do Exército ou ao SNI os documentos do "dossiê Saraiva" e, com base neles, dar início ao competente processo judicial."... (pág. No. 78).

10. Trecho do livro AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO de Fernando Henrique Cardoso. (1975, pág. 203).

..."No fim do governo Medici, esvaziada a ação presidencial, marginalizado o Congresso como foi (também ele passando a exercer a função simbólica de manter a "legalidade" ambígua da Constituição emendada por atos constitucionais emanados da presidência), mantido o Ministério da Justiça -- que no passado fora o ministério político por excelência -- votado para a questão napoleônica da "reforma dos Códigos", feita a "inversão dos partidos" (ou seja, o Executivo sustentando os partidos, controlando-os, limitando-os etc. e não o contrário), a capacidade decisória escorregou, mais e mais para o automatismo do "Sistema". Este, no aspecto político-administrativo parece ter-se substantivado na ação de alguns altos funcionários de segunda linha e de limitada responsabilidade política (como foi o caso da chefia do gabinete civil da Presidência), e especialmente no poder de veto exercido pelo Serviço Nacional de Informações e pelo zelo purgatório das secções controladoras (como os serviços de censura) e repressoras (como as operações especiais de combate à subversão) do Estado, todos, direta ou indiretamente dependentes de órgãos internos das forças armadas."... (pág. No. 203).

11. Trechos de Artigo publicado na Revista Cadernos de Conjuntura no. 10 (agosto,1987) sob o título MILITARES E CIVIS:

EM DEBATE ALÉM DA CONSTITUINTE de José Murilo de Carvalho.

..."Meu ponto, aqui, é que o debate fica quase só a esse nível e se abandona, no Congresso e fora dele, a preocupação com aspectos menos gerais como a organização e o controle do Serviço Nacional de Informações - SNI, a organização e o controle do Conselho de Segurança Nacional - CSN, o processo de formulação da política de defesa nacional, a própria formulação da política militar, para citar apenas alguns."... (pág. No. 02).

..."Já vimos que na área da academia os progressos têm sido lentos e tímidos. Mas pelo menos algum progresso tem havido. Na área política a situação é mais desalentadora. Comecemos pela prometida desmontagem do tentacular sistema de informações e de repressão que abrange o SNI, a ESNI, as DSI, as ASI, os CODI-DOI, a Oban e os serviços de cada arma -- o CIE, o Cenimar e o CISA, além das 2as. seções dos estados-maiores. Tal sistema, montado durante os governos militares, é, de acordo com levantamentos feitos por Alfred Stepan, o detentor de maiores poderes entre os de todos os regimes autoritários recentes. Segundo Stepan, o sistema brasileiro de informações possui um somatório de características que nenhum outro possui, tais como **status** de ministro de Estado para seu chefe, monopólio do ensino de informação, coordenação de todo o sistema de inteligência, independência, presença de agentes em todos os órgãos públicos, nenhum controle por parte do Legislativo ou do Executivo. Nem mesmo a KGB soviética detém tal soma de poderes, pois presta contas ao partido. Nos Estados Unidos, desde 1977 existem, na Câmara e no Senado, **Select Committees** que supervisionam as atividades de inteligência. O **Committee** do Senado possui 15 membros (sete da oposição) e um corpo técnico de 40 pessoas; o da Câmara tem 14 membros e 21 técnicos. Isto sem falar nas comissões civis de assessoria ao poder Executivo.

O que mudou com a nova República? Po iniciativa e pressão civil praticamente nada."... (págs. Nos. 11 e 12).

..."No SNI nada foi formalmente mudado. As eventuais mudanças deram-se por decisão do chefe do órgão, que pode a qualquer momento voltar atrás. Apesar de se ter discutido o problema do governo Sarney, especialmente através do ministro Fernando Lyra, as DSI e ASI continuam funcionando nos ministérios e nas estatais. Vários ministros civis, senão todos, as conservam, inclusive o ministro da Cultura. Nenhuma iniciativa do Congresso ou dos partidos foi apresentada no sentido seja de extinguir, seja de modificar, seja de controlar o sistema nacional de informações. A única exceção talvez seja o **habeas-data** votado pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Mas resta saber como funcionará quando se tratar de informações em poder do SNI."... (pág. No. 12).

..."A não mudança do texto constitucional referente à defesa da lei e da ordem não impediria, por exemplo, que se

estabelecesse um controle parlamentar do SNI, ou que o Congresso assumisse suas responsabilidades no que se refere à política de defesa, à política nuclear, à política de armamentos.

A título de ilustração, vejamos algumas medidas que poderiam ser tomadas talvez sem grandes traumas. O SNI poderia ser desmilitarizado. Seu chefe perderia o status de ministro e seria nomeado com aprovação do Senado. Suas operações estariam sujeitas ao controle de alguma comissão ou subcomissão do Congresso, que poderia reunir-se secretamente. A ESNI não tem razão de ser e poderia ser extinta. O que lá se aprende (ensinam-se até línguas estrangeiras) poderia ser aprendido nas escolas civis. O que não pudesse, poderia ser ensinado em cursos intensivos ou no próprio trabalho. As DSI e ASI poderiam ser extintas sem mais conversa."... (pág. No. 16)

..."Tudo isto supõe pelo menos duas coisas: vontade de fazer e capacidade para fazer. Quanto à segunda, pode tomar algum tempo mas é possível atingi-la, uma vez aceita sua necessidade. A própria ampliação das tarefas militares, especialmente nas áreas industrial e tecnológica, cria espaços de convivência entre militares e civis que podem resultar na capacitação mútua de uns no campo dos outros. Exemplos desta cooperação encontram-se na área nuclear, na produção de armamentos, na exploração da Antártica, na informática etc. Restaria capacitação na área política e de políticas públicas. O Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp é um bom começo. Do lado militar, a Aeronáutica, e em menor escala a Marinha, têm-se mostrado abertas a debates com especialistas civis, sem fugir a temas controversos como a criação do Ministério da Defesa, a definição do papel das forças armadas etc."...

12. Trecho do JORNAL DO BRASIL de 04 de julho de 1988. Reportagem sob o título "Para Jovens de Brasília, violência está no "astral"." de Fernando Gabeira.

..."Para o estudante de sociologia Carlos Arthur Campos, 24 anos, grande parte da violência dos jovens de Brasília tem raiz no aparato repressivo montado na cidade. Ele lembra que em Brasília, além das tradicionais forças que atuam em qualquer Estado, estão o SNI, o Centro de Informações do Exército, da Marinha, a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica e uma polícia especial para atuar junto às embaixadas."... (pág. A-13).

13. Trecho do JORNAL DO BRASIL, coluna de 19 de junho de 1988.

"O Palácio do Planalto diz que não sabia da desastrada entrevista à EBN do ex-ministro do EMFA, Paulo Roberto Camarinha.

A pergunta em Brasília é uma só: "Afinal, o que faz o SNI?"

14. Trechos do **Relatório Reservado Especial**. que publica a matéria "Os militares e a política", Rio de Janeiro, Margem Editora e Gráfica, dez. 1986.

..."Se nós conseguíssemos a criação de uma nova sistemática, eventualmente de outro organismo no lugar do SNI na área de informações, é porque teríamos avançado positicamente na construção de mecanismos democráticos."...(Eliézer R. de Oliveira, p. 11)

..."Mas, no fundo mesmo, o que acho - e há uma opinião contrária que, aparentemente, foi colocada na pergunta - é que o sistema nacional de informações não é um elemento atuante no processo da democratização, é um agente que vai sofrer os reflexos do processo de democratização. Na medida em que o processo político avançar, ele se ajustará à vida política nacional."... (Mário César Flores, p. 12)

15. Trecho do **Manual Básico** da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1988. p. 339.

..."É preciso considerar, também, que as Informações serão sempre confrontadas com os estudos e relatórios produzidos pelos vários órgãos de governo, com os informes que diariamente são veiculados pela imprensa escrita e falada, com os contatos freqüentes do usuário com personalidades, empresários, representantes diplomáticos, líderes de classes, todos, enfim, fontes de respeitável influência na tomada de decisão."...

16. Trecho do livro **Os militares: da abertura à nova república**. Alfred C. Stepan. Trad. Adriana Lopes e Ana Luiza Amendola. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 27.

..."O general Golbery do Couto e Silva, principal autor do decreto e primeiro Chefe do SNI, lamentou, posteriormente, ter criado um "monstro"."...

17. Trecho do livro **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Eliézer R. de Oliveira. Petropólis, Vozes, 1976. p. 96.

..."as investigações sobre a invasão da Universidade de Brasília apenas apontam para uma força emergente no quadro político-militar -- o setor especificamente repressivo cujas vozes mais autorizadas passam a localizar-se no SNI."...

18. Trecho de entrevista coletiva de TANCREDO NEVES em 17/01/85.

..."O SNI assumiu um caráter policialesco, um caráter profundamente vexatório e violentador das nossas tradições democráticas. O que nós pretendemos é colocar o SNI dentro de suas estritas finalidades técnicas, como órgão de assessoria e realmente de informações do governo"."...

19. Trecho do artigo "Militares e Política, uma estratégia para a democracia" de Walder de Góes in **"A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas"**. Diversos autores. São Paulo, Vértice, 1988. p. 236, 237.

..."Nada impede que conjunturas políticas mais favoráveis revertam este quadro, desativando-se a nova agenda do SNI, reduzindo-se a agenda tradicional, revendo-se sua estrutura organizacional e submetendo-se o organismo a controles políticos mais definidos. No entanto, é imperioso constatar esta realidade paradoxal, qual seja a de que, por enquanto, a nova vida política fortaleceu, e não enfraqueceu, um organismo criado e hipertrofiado justamente para servir ao autoritarismo."...

20. Trecho do livro "Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)". 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 172.

..."O Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional constitui-se de três elementos distintos mais integrados: a vasta rede de informação política; órgãos e organismos diretamente responsáveis pelas ações repressivas a nível local; e os aparatos das Forças Armadas usados no controle político interno.

Embora em princípio toda a informação se destine ao poder Executivo -- e especificamente ao Conselho de Segurança Nacional --, na realidade a rede de informação goza de alto grau de autonomia. O Serviço Nacional de Informações (SNI) canaliza toda informação ao Executivo. Com isso, tem o SNI poderes de determinar a que informações terão acesso o Conselho de Segurança Nacional e o próprio Presidente da República. Repousa nesse poder a capacidade do SNI de erigir-se em fonte paralela de decisões governamentais."...

21. Trecho do artigo **"O protegido e os protetores"**, de autoria de Jânio de Freitas, publicado na FOLHA DE SÃO PAULO, de 20 de junho de 1989.

..."Não, Elmo Camões não foi um equívoco nem, muito menos, surpresa para ninguém do governo, aí incluídos os impolutos do SNI ao qual estaria afeta a vigilância da administração."...

CONFIDENCIAL

22. Trecho de artigo publicado na revista VEJA, de 21 de junho de 1989, versando sobre as promessas do candidato do PT à Presidência da República.

..."O SNI deixará de ser um órgão de espionagem política."...

23. Trecho do artigo "**Multinacional, SNI e dívida na mira do PT**",publicado no CORREIO BRAZILIENSE, de 19 de junho de 1989.

..."Na área militar, o Encontro Nacional acrescentou à proposta original a criação de um órgão de informação, no lugar do SNI, que seria ligado ao Ministério da Defesa, mas com atividades exclusivamente voltadas para a defesa militar do território nacional."...

24. Trecho do livro "**O direito de opinar**". Márcio Matos Viana Pereira. Brasília, Editerra, 1987. p. 109, 110.

..."O Marechal Castelo Branco, na sua clarividência, logo constatou, não ser possível, a ninguém, reter o somatório de conhecimentos que, ao longo do dia, são transmitidos pelos diferentes meios de comunicação de massa.

Criou-se então o Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, com a missão específica, de auxiliar o PRESIDENTE DA REPÚBLICA na condução da Política de Governo, produzindo informações que lhe permitissem tomar decisões acertadas.

Então, o SNI produz conhecimentos verdadeiros em todas as expressões do Poder Nacional, possibilitando ao Presidente da República comparar essas informações com as produzidas pelos diferentes Ministérios, tendo assim condições de decidir com acerto. Vejamos, como exemplo, que o Presidente deseje decidir sobre a conveniência ou não do racionamento de energia elétrica no Nordeste. Receberia uma Informação do SNI sobre o assunto e outra do Ministério de Minas e Energia, compararia as duas, solicitaria esclrecimentos, se houvesse pontos discordantes, para então toar a sua decisão."...

CONFIDENCIAL

25. Trecho da reportagem "Aonde olha o serviço secreto", de autoria de Getúlio Bittencourt, publicada no jornal GAZETA MERCANTIL, de 09 de abril de 1986.

..."O terceiro foco do SNI da Nova República é sobre a própria administração federal. Aqui o Serviço passa por uma crise. Ele está mal aparelhado para vigiar o governo e antecipar-se a malversações, lances equívocos e outras trapalhadas."...

26. Trecho da reportagem "Mergulho nos arquivos do SNI", de autoria de Ayrton Baffa, publicada na REVISTA DE COMUNICAÇÃO no.16, ano 4, 1988.

..."Auréola de mistérios -- certa ocasião, Carlos Lacerda anotou que, por viver de mistérios, o SNI fabricava mistérios para viver."...

27. Trecho de notícia publicada na FOLHA DE SÃO PAULO, de 11 de setembro de 1988.

..." Excessos

O general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, recebeu esta semana relatório sobre gratificações que inflacionaram os vencimentos do primeiro escalão do Banco Central."...

28. Trecho de notícia publicada no JORNAL DO BRASIL, de 11 de março de 1989.

..."Em dia

O prefeito peemedebista José Celso Malta, de Inhapi, no alto sertão de Alagoas, recebeu a visita de dois homens que se identificaram como agentes do SNI.

Queriam saber informações do crescimento do PT na região."...

29. Trecho da reportagem "Habeas-data vira frustração", publicada no JORNAL DO BRASIL, de 25 de março de 1989, onde o deputado estadual pela Bahia, Emiliano José, ex-preso político, comenta a resposta do SNI ao pedido de habeas-data que formulou.

..."Diante das falhas, o deputado vê apenas duas alternativas para o SNI: admitir a omissão e falsidade de informações ou reconhecer sua incompetência no trabalho para o qual foi criado, "e que inutilmente consome milhões de cruzados".

Em sua opinião, a questão prioritária no momento é o questionamento da legalidade do SNI -- "com poder de vasculhar a vida de qualquer cidadão"--, paralelamente à organização

democrática que se inicia no Brasil.

"Que tipo de critério orienta o SNI para espionar a vida de um cidadão? Quantas pessoas o SNI investiga atualmente? Até onde vão seus limites? Que poderes tem?" -- indaga o deputado, acrescentando que as respostas têm que ser exigidas pela sociedade, que com seus impostos mantém a cara estrutura do Serviço Nacional de Informações."...

30. Trecho de notícia publicada na **Coluna do ZÓZIMO**, do JORNAL DO BRASIL, de 02 de abril de 1989.

..."REVERSO

. No prédio que abriga o Serviço Nacional de Informações, localizado no distante Setor de Áreas Isoladas de Brasília, as paredes estão decoradas com avisos enigmáticos: "Cuidado. Podem confundir a sua opinião com a do SNI".

. E daí?

. O SNI não vive confundindo opiniões pessoais dos outros?"...

31. Trecho do artigo **"O exorcismo dos 'ismos'"**, de autoria do senador Roberto Campos, publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 30 de abril de 1989.

..."Quanto à informática, todos sabemos que a SEI, a Receita Federal e o SNI organizam batidas policiais nas corretoras e consultórios para confiscar computadores importados."...

32. Trecho da entrevista do candidato à presidência, FERNANDO COLLOR DE MELLO, à revista VEJA, de 17 de maio de 1989.

..."- SNI: acabo com esse órgão no primeiro dia. Preciso de informações sérias, e não de conversas de comadres, especialidade do SNI."...

33. Trecho da reportagem **Com Afif, ministérios serão reduzidos a 13**, publicada no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 23 de junho de 1989.

..."Uma das primeiras medidas do candidato do PL, Afif Domingos, caso ele seja eleito, será reduzir de 23 para 13 o número de ministérios e transformar o Serviço Nacional de Informações e o Estado Maior das Forças Armadas em uma secretaria ligada à Presidência da República. O projeto foi revelado pelo próprio candidato, ontem de manhã em Belo Horizonte, que garantiu anunciar dentro de 60 dias todos os seus ministros."...

CONFIDENCIAL

34. Trechos do livro A UNE CONTRA O SNI. comp. Fernando Magarielo, Ed. Alfa-Omega, 1987.

..."O SNI continua a ter **status** de ministério e recebe gordas quantias para o seu funcionamento. O órgão veio aperfeiçoando sua estrutura e hoje está sofisticado e utiliza-se do que existe de mais moderno em tecnologia. São milhares os telefones grampeados: pessoas que têm suas vidas controladas por um gigantesco sistema de escuta telefônica."... (pag. 20)

..."A invasão da ASI - Assessoria de Segurança e Informação - ASI - da Universidade Federal do Ceará - UFC -E e desativação da mesma, na prática, foi, sem dúvida, uma ousada investida dos estudantes contra esse órgão que é o braço do Serviço Nacional de Informação - SNI - dentro das Universidades."... (pag. 23)

..."Vários estudantes seguravam faixas improvisadas que diziam "Abaixo o SNI". A manifestação crescia nas ruas"...(pag.38)

..."Os trezentos quilos de documentos confiscados pelos estudantes da Universidade Federal do Ceará demonstraram como agiam e agem as Assessorias de Segurança e Informação - ASI - nas universidades brasileiras. São documentos que vão desde fichas pessoais com dados sobre todos os estudantes, até processos de expulsão de alunos ou demissão de professores."...(pag.45)

35. Trechos do livro SNI - COMO NASCEU. COMO FUNCIONA de Ana Lagoa, Ed. Brasiliense, S.P.

..."1. SNI - o órgão central

...

O órgão trabalha com verba oficial pública, mas recebe verbas complemenares quando há necessidade, o que dificulta a obtenção do total gasto.

Sua ação se distribui em três frentes: política, tóxicos e pornografia, segundo a mesma reportagem, com base em depoimento de um agente, que considera esses três itens como "vírus perigosos prontos a minar a estrutura militar. Esses vírus são encarados como agentes transmissores das doenças propagadas pelo cumunismo internacional"."... (pag. 19)

..."O SNI também é acionado para o controle da contratação de pessoas nos órgãos do governo, da administração direta ou indireta. Cada funcionário que pleiteia ou é convidado para um cargo tem sua ficha submetida ao crivo do sistema."... (pag. 22)

..."As atividades desse sistema formam um complexo quadro de ações, cujos limites o decreto de criação do SNI não

CONFIDENCIAL

oferece nem uma parca idéia. Certamente, esse sistema não se restringe à visão simplista que por muitos anos o taxou de um mero organismo policial, ou melhor, de espionagem e comando da repressão aos grupos que não aceitavam a nova ordem imposta a partir de 1964."... (pag. 27)

..."Em função do caso da morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten, que deixou extenso dossiê acusando o SNI de ameaças à sua vida, o general Newton Cruz concedeu em receber um repórter de Brasília, do jornal Correio Braziliense e deu uma longa entrevista. Do depoimento do general, podemos resumir que o SNI está envolvido hoje em inúmeras atividades, além da mera centralização de informações."... (pag. 27)

..."Esses militares lamentam a hipertrofia do sistema repressivo por eles instituído, ao acusarem, especificamente, os órgãos de segurança e informações -- o SNI, em especial -- de terem, com o correr dos anos e das cisões, transformado-se ao ponto de espionar elementos que influíram decisivamente em sua criação e estruturação."... (pag. 108)

..."Concluindo, podemos observar que não está sendo discutida a eliminação do SISNI na composição do poder, mas sua redefinição, obedecendo às fases previstas pela Doutrina de Segurança Nacional, de acomodação e refluxo das forças sociais mais radicais e transformações da instituição que controla o Estado."... (pag. 113)

..."01. Presidência da República -- cliente único do SNI, recebe análises não só de caráter policial, mas passando por todos os assuntos que interessam ao poder central. É com base nessas análises que a Presidência da República compõe o quadro para o planejamento da Política do Estado."... (pag. 130)

36. Trechos do livro O ESCÂNDALO-REI - O SNI E A TRAMA CAPEMI-BAUMGARTEN de Carlos Alberto De Carli, Ed. Global, 1985.

..."Nos dois escândalos, a trama do SNI: os roteiristas, produtores, personagens, coadjuvantes, cenários, figurantes e patrocinadores foram quase os mesmos. A Coisa nossa instalada no poder, um poder que julgava não ter fim, que seria eterno como a relva."... (pag. 12, prefácio de Ayrton Baffa).

..."Não tenho vergonha de dizer que senti medo, pois estava dentro de uma Agência do SNI, coisa que para mim era desconhecida e sabia, por ouvir dizer, que a Comunidade de Informações não me tinha como aliado e sim como incômodo "inimigo"."... (pag. 21)

..."Gentilmente, perguntou-se se eu já teria um preço para vender as "Fazendas Unidas", visto que o SNI - transformado a esta altura em Corretor-intermediário - tinha um interessado no negócio."... (pag. 24)

..."Paralelamente, a CPI da Câmara dos Deputados decidiu também aprovar a apresentação de projetos que pudessem regulamentar a fiscalização sobre o SNI, principalmente através de um tratamento da legislação de sigilo que protege aquele Serviço, que permitiu a seu ex-chefe da Agência Central, o general Newton Cruz, de esquivar-se de comparecer para prestar depoimento no caso Capemi -- a exemplo do que ocorrera na primeira fase do caso Baumgarten."... (pag. 245)

37. Trechos da reportagem **O nominado Jader**, publicada na Revista **Veja** de 14 de dezembro de 1988.

..."O próprio Jader Barbalho, que teve acesso a seu prontuário clandestino na quarta-feira da semana passada, acredita que o SNI mandou para o arquivo, sem conferir, um pacote de denúncias sem cabimento. "Além do mais, são acusações de domínio público, que podem ser obtidas em qualquer biblioteca", afirma o ministro."... (pag. 42)

..."Todo governo precisa de um serviço de informação, mas o que o SNI faz fere a liberdade, a democracia e a individualidade das pessoas", afirma o deputado Euclides Scalco, do PSDB do Paraná. "É um serviço pago pelo cidadão mas que é usado contra o cidadão. Um serviço de informações deve servir ao Estado, sem qualquer forma de orientação ideológica", acrescenta."... (pag. 49)

..."O trabalho do SNI é o casamento da má-fé com a incompetência", afirma o senador Jamil Haddad, do PSB do Rio de Janeiro. "É óbvio que se os seus relatórios tivessem alguma validade, Jader Barbalho não chegaria a ministro", acrescenta."... (pag. 50)

38. Trecho do artigo **A Constituinte e o papel das Forças Armadas** de Edmundo Campos Coelho, publicado na Revista Política e Estratégia, vol. III - No. 3, jul/set 1985.

..."Atualmente, o serviço de inteligência do SNI tem um enfoque marcadamente militar e não supre o presidente com informações matizadas. Esta agência não consegue libertar-se do complexo repressivo nem da visão maniqueísta que herdou do regime autoritário, em parte porque seu corpo de agentes é constituído em sua maioria por oficiais das Forças Armadas. De fato, como mostrou Walder de Góes, a agenda do SNI tem se ampliado para incluir investigações de corrupção no serviço público, coordenação da ação governamental em relação a greves, dirimir disputas interburocráticas ou servir de elo de ligação entre o presidente e empresários."... (pag. 377)

39. Trecho do artigo "Ministro recebe dossiê contra candidato" publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 15 de julho de 1989.

"O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, ... determinou a investigação oficial do assunto e, se for o caso, a abertura de inquérito contra o candidato. Também telefonou várias vezes para o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, para obter mais munição contra Collor."...

40. Trecho do artigo "Freire lança plano de emergência", publicado no JORNAL DO BRASIL, de 15 de julho de 1989.

..."Sobre os ministérios militares e o SNI, a posição de Freire é idêntica a de Collor. "O SNI será extinto. Não por ser um organismo de informação, mas porque é um organismo repressor e policialesco. Será substituído por um órgão de informações, que todo o Estado moderno deve ter."...

41. Trechos do artigo "Três comitês recebem denúncia de 'grampo'", publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 12 de julho de 1989.

..."Quem poderia estar interessado em ouvir as conversas do comitê? Cláudio Humberto responde com a mesma certeza do seu candidato, Collor: "O SNI, evidentemente"...

..."Até agora o comitê não fez qualquer denúncia sobre esta escuta, apesar da suspeita de que seria um trabalho do SNI, um dos alvos preferidos dos ataques de Collor ao governo José Sarney."...

42. Trecho do artigo "No governo Afif, 'rei da soja' seria Ministro da Agricultura", publicado no O GLOBO, de 04 de julho de 1989.

..."O Serviço Nacional de Informações (SNI) ganharia outro nome: Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, devendo atuar também junto à Presidência da República."...

43. Trechos do editorial "Pilatos na 'República das comadres'", publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 14 de julho de 1989.

..."Acusar sem provas o SNI de ser o responsável pela escuta, seja do telefone de Collor, seja da linha doméstica do deputado Brandão Monteiro, é uma leviandade. Se é verdade que o SNI já escutou telefones, também não é mentira que outros o tenham feito."...

..."De qualquer maneira, se não se pode acusar, sem provas, o SNI de se o responsável pela escuta dos telefones dos políticos adversários do governo, também é impossível eximir-se de responsabilidade o próprio governo na questão."...

44. Trecho do artigo "**Affonso propõe ao SNI abrir caça aos corruptos**, publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, de 20 de julho de 1989.

..."O presidenciável Affonso Camargo (PTB) propôs ontem o início de uma caçada aos corruptos no País. A arma principal seriam as informações fornecidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Affonso apresentou sua idéia ao ministro do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que se mostrou receptivo a ampliar as atividades do órgão."...

20/07/89

CONFIDENCIAL

A IMAGEM DO SNI NO LEGISLATIVO

Criado em 1964 pela Lei nº 4.341, de 13/06/64, como órgão da Presidência da República, com a finalidade de "superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional", o Serviço Nacional de Informações - SNI está, atualmente, estruturado nas mais importantes capitais dos Estados, mas cobrindo praticamente todo o território nacional, em condições de colaborar de modo bastante efetivo para a solução de uma vasta gama dos problemas nacionais, através do fornecimento, ao Chefe do Executivo, de "informações seguras, oportunas e convenientemente analisadas e avaliadas". (Entre aspas trechos da Mensagem, de 11 de maio de 1964, que encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que propunha a criação do Serviço).

Em virtude das circunstâncias especiais ocorridas à época de sua criação, embora viessem a preencher uma séria lacuna na estrutura do Estado brasileiro, que visava modernizar-se, o passar dos tempos e a busca da normalização política da vida nacional - principalmente após o advento da chamada "Nova República", enseja ram o surgimento de persistente e eficaz campanha de difamação desencadeada contra o SNI, visando levá-lo ao descrédito, à inoperância e, se possível, até mesmo à extinção.

Em um conjunto de esforços sem dúvida integrados e bem coordenados, que se manifestaram principalmente nos meios de comunicação (imprensa falada, escrita, televisada, teatro, cinema, etc), nos setores culturais e artísticos, nas universidades, escolas, sindicatos, etc, cobrindo, de um modo geral, todos os setores e aspectos da vida nacional, quer de forma velada, quer ostensiva, com o aproveitamento de fatos reais ou insinuações maldosas e mentiras propositais, a campanha, sem dúvida, atingiu os seus objetivos, tendo sido através da mesma formada, em grande parte da população nacional, uma falsa imagem dos órgãos de informações e de segurança.

CONFIDENCIAL

Com o "retraimento" ou o "amortecimento" dos órgãos especializados das Forças Armadas, das organizações policiais e de informações estaduais, das DSI e ASI, do próprio Departamento de Polícia Federal - DPF, os esforços adversos, pelo menos nos últimos anos, foram canalizados contra o Serviço (os demais, citados, ficam momentaneamente poupados - embora não esquecidos ou liberados), visto que a sua extinção ou neutralização, além de todas as conveniências, facilmente compreensíveis, atingiria profundamente o mito e o significado da Revolução de 31 de Março de 1964, já que o Serviço é considerado um dos seus símbolos ou uma de suas heranças ou realizações.

Deve ser levado em conta, sem súvida, o mutismo, a omissão, talvez a indiferença proposital - ou necessária, ou questão de manter em relação às mentiras e aleivosias levantadas contra si, deixando de levar em conta que, com o passar dos tempos, as circunstâncias evoluíram, chegando ao ponto de hoje ter de lutar pela sobrevivência ameaçada. Conseqüência dos resultados alcançados pelo trabalho continuado e eficiente, as eleições de 1986 propiciaram que fossem eleitos numerosos representantes das esquerdas, radicais ou moderadas, bem como elementos cassados, seja por subversão, seja por corrupção, ou que tiveram seus direitos ou interesses feridos, justificadamente, ou não.

A presença desses elementos no Congresso Nacional, a mais alta instituição legislativa do Estado, proporcionou a oportunidade e as condições necessárias para que os elementos citados no parágrafo anterior, em eficientes ações, obtivessem marcantes resultados na concretização de seus objetivos, através dos trabalhos ali desenvolvidos.

Reconheça-se que o seu sucesso se deveu, sem dúvidas, a uma conjugação de fatores, mais notáveis em duas componentes que conduziram a uma resultante que lhes foi - e talvez continue a ser - bastante favorável. Por um lado, a constituição de bancadas que, embora pouco numerosas, apresenta elementos inteligentes, dedicados, dispostos a sacrifícios, politicamente bem preparados, que colocam os seus ideais e os seus objetivos - de modo es

pecial, os ideológicos - acima dos demais interesses, inclusive os de alguns grupos, partidos e até da própria Nação. Aproveitam todas as brechas e oportunidades para se *vitoriarem*, conquistando postos-chaves em comissões, na direção e coordenação de órgãos, adotando posições demagógicas - por vezes prejudiciais aos interesses da Nação como um todo, ou até inexeqüíveis, mas que lhes rendam dividendos eleitorais, pessoais, políticos e ideológicos.

Por outro lado, embora se constituam em marcante maioria, os elementos considerados de centro-esquerda, centro ou de direita, em sua maior parte, podem ser considerados como voltados mais para a defesa dos seus próprios interesses, uma boa parte despreparada para desenvolver uma eficiente ação político-legislativa e alguns chegando às raias da ingenuidade quanto aos objetivos que os adversários pretendem atingir, em síntese, despreparados e/ou aproveitadores da posição que desfrutam.

A conjugação de tais circunstâncias e a inegável fraqueza do Executivo (do denominado, pejorativamente, para muitos, "Governo que aí está") conduziram a que a Assembléia Nacional Constituinte - ANC viesse a elaborar e a promulgar uma constituição que, considerada "avançada", "progressista", "atualizada", na verdade não é condizente com o atual estágio de desenvolvimento social, econômico, cultural e político do País, em alguns aspectos até inexequível, temporária ou permanentemente, conseqüência da irresponsável conduta da maioria dos congressistas durante os trabalhos de elaboração da Carta Magna e após a sua promulgação.

Dentre os diversos temas de marcante interesse para os parlamentares da oposição, particularmente os de esquerda, o SNI sempre se constituiu em um dos alvos mais visados, haja vista as tentativas feitas no sentido de extingui-lo ou tolher a sua ação.

Desde a instalação da ANC e até os dias de hoje, diversos pronunciamentos, refletindo a posição isolada de parlamentares ou dos partidos a que pertencem, têm sido realizados contra o Serviço. Também na imprensa, que parece divulgar prazeirosamente, em entrevistas e declarações, inúmeros políticos têm procurado denegrir a imagem do SNI. Deflagrada a refrega pela eleição presi-

dencial, alguns candidatos têm feito da proposta de modificações, transformação ou extinção do Serviço, uma das bandeiras de luta e plataformas políticas de suas campanhas eleitorais.

Pela legislação em vigor, existem duas possibilidades de serem realizadas modificações na atual situação do Serviço.

- Pela eleição de um Presidente que julgue ser necessária a alteração;

- Por proposta legislativa apresentada por congressista(s).

Por fim, devemos levar em conta, ainda, que nas eleições parlamentares do próximo ano (1990) poderá ser eleito um número maior de adversários do Serviço, o que significará maior risco para a sua integridade.

Por todos os motivos citados, torna-se necessária uma ação efetiva junto ao Congresso Nacional no sentido de ser modificada a atual imagem do SNI junto ao maior número possível de parlamentares, para que, após convenientemente esclarecidos, a maioria do Congresso votasse favoravelmente;

- inibisse, na medida do possível, a apresentação de proposições contrárias aos interesses do Serviço, seja de elementos do próprio Congresso, seja por parte do Executivo;

- ficasse em condições de rejeitar propostas apresentadas contra o Serviço, seja do Executivo, seja oriunda do próprio Legislativo;

- proporcionasse oportunidade para que fossem apresentadas proposições legislativas, de inspiração do próprio Serviço, através de um dos dois poderes citados, para que fossem introduzidas alterações na legislação em vigor, que melhor adaptassem o Serviço às circunstâncias atuais, de acordo com as suas próprias necessidades e conveniências.

Para melhor compreensão do quadro atual, de como o SNI vem sendo apresentado e as intenções que diversos políticos manifestam quanto ao seu futuro, são apresentados, a seguir, os pronunciamentos julgados os mais importantes ocorridos no ambiente do Congresso Nacional (em ordem cronológica):

Ano de 1983:

- Sen MARIO MAIA (PMDB/SC) - Lembrando que ADHEMAR SANTILLO (Dep Fed PMDB/GO), em 1979, "apresentou um projeto de Lei à Câmara Federal, pedindo a revogação pura e simples da Lei no. 4.341, de 13 de junho de 1964" (que criou o SNI) e que o Sen HUMBERTO LUCENA (PMDB/PE), também em 1979, no mês de maio, "apresentou proposta de Delegação Legislativa de no. 1, de 1979, que propunha a delegação de poderes ao Presidente da República, para elaborar lei extinguindo o Serviço Nacional de Informações - SNI, ...", procurando demonstrar que o Serviço "tornou-se desnecessário para o momento histórico que atravessa o BRASIL", propõe a transformação do mesmo em Instituto Nacional de Informática, Telemática e Teleinformática, INITT, com a encampação da Secretaria Especial de Informática e da Escola Nacional de Informações." (DCN de 03/03/83).

- Sen HENRIQUE SANTILLO (PMDB/GO), em violento discurso, atacando os órgãos de informações "principalmente após os escândalos do Caso HERZOG, do RIO-CENTRO, da CAPEMI e do Caso BAUMGARTEN, tudo parece indicar que eles também se atribuem o direito de exercer qualquer forma de chantagem para preservar em segredo suas atividades clandestinas ou executar sumariamente qualquer cidadão e fazer desaparecer seus vestígios; defende a constituição de uma CPI" para apurar as denúncias feitas contra o SNI e averiguar a responsabilidade de seus dirigentes." (DCN de 11/03/83).

- Sen ALOYSIO CHAVES (PDS/PA), como líder do Governo e do PDS, em resposta ao discurso do Sen HENRIQUE SANTILLO (item anterior), rebateu-o, considerando-o "incongruente, tentando enxovalhar a reputação de personalidades ilustres que se destacaram pela dedicação à Pátria e à causa pública, revelando o evidente propósito de investir contra o SNI, fruto de posição ideológica radical." Em síntese, defendeu o Serviço, inclusive a sua manutenção. Os Sen HUMBERTO LUCENA (PMDB/PE) e ITAMAR FRANCO (PMDB/MG) se solidarizam com os termos e as posições adotadas pelo Sen HENRIQUE SANTILLO. (DCN de 15 Mar 83).

ANO DE 1984:

- Sen CID SAMPAIO (PMDB/PE)

Comentou artigo publicado no Jornal "Folha de São

Paulo", edição de 12 Jun 84, sobre o arquivamento, que teria sido determiado pelo Ministro-Chefe do SNI, General MEDEIROS, de inquérito atinente a irregularidades no Conselho Nacional de Petróleo (CNP), na concessão de postos de venda de gasolina e no pagamento da distribuição de petróleo no Estado de GOIAS.

Afirmou que casos como esse, aparentemente um simples arquivamento, a exemplo de outros, tais como COROA-BRASTEL e BAUMGARTEN, comprometem um regime (DCN de 23/06/84).

ANO DE 1985:

- Sen JOSE IGNACIO FERREIRA (PMDB/ES)

Discorreu sobre reportagens publicadas nos principais jornais do País, em 5 Ago 03, que difundem relatórios confidenciais do SNI, datados do ano de 1981, os quais atribuem à grande imprensa e aos meios de comunicação, em geral, a responsabilidade pela vinculação de matérias tendenciosas, adversas ao Governo e que favorecem o Movimento Comunista Internacional (MCI) e Brasileiro (MCB), posicionando-se favoravelmente ao trabalho da imprensa, por entender que o mesmo "deve estar acima das visões tendenciosas e parciais, doa a quem doer".

Asseveram que dos arquivos do SNI saem documentos que mostram "pessoas ensandecidas" em nosso País e que induziam os governantes da época a acreditar que os grandes jornais brasileiros publicavam notícias sobre as relações entre Estado e a Igreja para servir aos objetivos dos MCI e MCB.

ANO DE 1986:

- Dep Fed HAROLDO LIMA (PC do B/BA). Fez veemente protesto contra a interferência do SNI na apreciação do pedido de naturalização do Padre PAULO TONUCCI, Pároco de CAMAÇARI/BA, informando, na oportunidade, haver denunciado, em comunicado ao Partido Comunista do Brasil, "a reaglutinação do aparato da Comunidade de Informação, que passa a jogar papel de crescente influência no Governo brasileiro". (DCN de 22/05/86)

- Dep Fed EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT/SP)

Solicitou a transcrição da reportagem publicada na revista "Senhor", editada em Mai/86, sob o título "A História e os culpados da morte de Tenório Jr.", onde é revelado pelo Sr. CLAUDIO VALLEJOS que o pianista TENORIO JR., em 1976, foi torturado e assassinado por militares argentinos com a conivência do SNI brasileiro e do Ministro-Conselheiro da Embaixada do BRASIL em BUENOS AIRES, à época.

Informou o Deputado, a seguir, estar enviando uma carta ao Ministro da Justiça PAULO BROSSARD, solicitando a apuração em profundidade da responsabilidade do SNI, in-

clusive do então Ministro-Chefe, Gen JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, e do Chefe do SNI no RIO DE JANEIRO (ARJ), sobre o quanto sabiam e sobre sua conivência com o assassinato deste e de outros brasileiros desaparecidos na ARGENTINA, segundo a revista. (DCN de 22/05/86).

Os Dep Fed AMAURY MULLER (PDT/RS) e CRISTINA TAVARES (PMDB/PE), manifestaram estranheza quanto à denúncia publicada na revista "ISTO É", editada em Jun/86, em que formalmente o Ministério das Comunicações e o Serviço Nacional de Informações (SNI) são acusados de promover escuta telefônica. (DCN de 11/06/86)

ANO DE 1987:

- Dep Fed PAULO RAMOS (à época, PMDB/RJ, atualmente PDT/RJ), ao discorrer sobre as Forças Armadas nacionais, afirma que foram submetidas a desvios, "no sentido de dotá-las muito mais de poder político do que capacidade profissional", fazendo de "um suposto inimigo interno o inimigo principal." Considerando o SNI um "câncro", no País, observa que "o BRASIL, hoje, superada - ou aparentemente superada - a ditadura da tecno-burocracia militar, aliada ao capital internacional, precisa libertar-se, de uma vez por todas, do jugo do capitalismo internacional", segundo a sua ótica.

- Propõe a desmilitarização do regime, a mudança de estrutura do Serviço, "retirando da vida pública e dos cargos das empresas de economia mista e das empresas públicas todos aqueles que, na reserva, deixaram suas carreiras muito mais para benefícios pessoais". Na desmilitarização do sistema, a criação do Ministério da Defesa e a extinção do SNI. O constituinte Dep Fed ROBERTO ALMEIDA (PMDB/PR) solidarizando-se com o mesmo, oferece-lhe o seu aplauso e a sua admiração. (Diário da ANC de 04/06/87) PAULO RAMOS voltou ao assunto, nos mesmos termos, ao tratar de outro tema, no dia 05/06.

- Dep Fed JOSÉ GENOINO (PT/SP). Solicitou a transcrição nos Anais da ANC de matéria que reputou de maior importância, publicada pela revista "SENHOR" sob o título: "Comprovado: o SNI trabalhou com a tortura argentina", inclusive apontando a conivência do Serviço com alguns assassinatos, naquele país.(Diário da ANC de 13/08/87).

ANO DE 1988:

- Dep Fed ALDO ARANTES (PC do B/GO) - Ao comentar o conflito ocorrido dias antes entre a Polícia Militar do PARÁ e garimpeiros da Serra Pelada, manifestou o repúdio da liderança do seu partido à atitude do SNI, pela versão que apresentou dos acontecimentos e por ter o mesmo informado que "o Governo do PARÁ agiu com correção e firmeza". (Diário da ANC de 08/02/88).

- Dep Fed EDUARDO BONFIM (PC do B/AL) apresentou a Emenda EP01367-8, de 13/01/88, solicitando a inclusão no

"Título IX - Das Disposições Transitórias" do Projeto de Constituição, de um artigo determinando a extinção do SNI, considerando a medida proposta uma das "medidas chaves para a redemocratização efetiva do país."

Manifestaram-se pela rejeição da emenda, após o voto do relator (Dep Fed BERNARDO CABRAL, PMDB/AM - por motivos técnicos, embora reconhecendo o seu valor no mérito), através dos seus líderes, os seguintes partidos: PDS, PL, PFL e PTB. Favoráveis à aprovação os seguintes: PSB, PCB, PT, PC do B e PDT. Para o PMDB e o PDC a questão foi considerada aberta. Encerrada a votação verificou-se o seguinte resultado: NÃO - 197; SIM - 121; ABSTENÇÕES - 10, total 328. A emenda foi rejeitada. A relação dos constituintes que votaram e suas posições encontram-se em anexo. (Diário da ANC, 29/06/88).

- Dep Fed RENAN CALHEIROS (PMDB/AL). Aproveitando-se do fato do Jornal do Brasil (Rio de Janeiro/RJ) ter publicado alguns dossiês atribuídos ao SNI, em violento discurso o parlamentar acusou o Ministro-Chefe de ser um "Leão de Chácara" dos interesses escusos do Palácio do Planalto; assinalou haver faltado honradez e responsabilidade ao Ministro, para assinar a nota (que considerou apócrifa) que declarou o SNI estar isento, por Lei, de fornecer respostas quanto à veracidade dos dossiês.e dos fatos neles assinalados. (Diário da ANC, de 21/03/88).

- Dep Fed JOSÉ GENOINO (PT/SP). Aproveitando-se de matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo (edição de 07/04) sob o título "SNI contra-ataca a CPI da corrupção", acusa o Serviço de estar "acobertando um dos maiores escândalos desta República e impedindo a ação de uma CPI", asseverando haver relação entre o Serviço e os casos CAPEMI e BAUMGARTEN. Manifestou seu protesto, sua indignação e o repúdio à ação (conforme julga) do SNI (Diário da ANC, 08/04/88).

***

Recentemente, no âmbito desta AC, mais precisamente no DPT-1, foi elaborado um estudo intitulado a "Extinção do Serviço Nacional de Informações - SNI" cujo texto, na íntegra (inclusive a conclusão, item 5) é a seguir transcrito:

"1. A possibilidade de extinção existe e é factível pelo Presidente, de acordo com a nova Constituição de Out 88, vez que o Art. 84 da Carta Política dá competência àquela autoridade de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

2. Há que ser observado que o SNI foi criado pela Lei no. 4.341/64, razão porque somente uma outra lei poderá revogá-la.

3. A atual Constituição determina na letra "e", do inciso II, do parágrafo 1o. do Art. 61 que as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública são de iniciativa privativa do Presidente da República, o que significa que o Chefe do Executivo tem competência constitucional para definir-se sobre a manutenção ou não do SNI, órgão que lhe presta assessoramento.

4. Ressalte-se, porém, que o dispositivo constitucional de extinguir o órgão não poderá ser adotado discricionariamente, pois o Chefe do Executivo deverá observar o processo legislativo e, mais especificamente, o comando do Art. 48 da Constituição Federal que determina caber ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República"... dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XI - criação, estruturação e atribuições da administração pública".

5. Conclui-se, pois, que a proposta de extinção do SNI terá que ser subordinada à deliberação da maioria do Congresso Nacional, de forma a cumprir o rito dos Arts. 64, 65, 66 e 67 da Constituição."

Na realidade, embora o estudo focalize, de forma restritiva, apenas a possibilidade de extinção do SNI, deve ser levada em conta que nele, pode ser perfeitamente inserida, também, a possibilidade de modificações no Serviço, sejam elas quanto à sua organização, estrutura, missão (des), funcionamento, subordinação, status, etc.

Quer quanto à extinção, quer sobre as modificações, em virtude do que reza a atual Constituição, há pouco aprovada, e por estar em vigor a Lei no. 4.341/64 (de criação do Serviço), haverá necessidade de ser proposta uma nova Lei que revogue ou modifique a anterior, se assim for desejado.

E mais, somente com a aprovação do Congresso Nacional, levando-se em conta os Art 64, 65, 66 e 67, da Constituição (ver acima) e respeitadas as imposições regimentais das Casas Legislativas Federais (Senado Federal e Câmara dos Deputados). Poderá a proposta (projeto de lei) ser apreciada e a decisão a respeito tomada.

A época da ANC o número de constituintes chegava a 559. Com o surgimento do novo Estado do TOCANTINS, esse número foi acrescido de 08 Deputados Federais e 03 Senadores. Assim, o número de congressistas, no momento, atinge 570.

Levando-se em conta os dados disponíveis sobre os parlamentares (declarações prestadas, ideologia professada, posição do partido a que pertencem, interesses manifestados ou presumidos, etc) um levantamento realizado sobre a posição ou o provável pensamento de cada um em relação ao SNI (Ver Z7 "A", "B" e "C"), estabelecidas suas posições, chegou-se aos seguintes números (globais, independentemente de partidos):

1) No Senado Federal,

- a favor da extinção do Serviço : 15
- contra a extinção do Serviço : 40
- abstenção : 01
- posição ignorada : 19

2) Na Câmara dos Deputados,

- a favor da extinção :105
- contra a extinção :249
- posição ignorada :141

3) No Congresso Nacional (totais)

- a favor da extinção :120
- contra a extinção :289
- abstenção : 01
- posição ignorada :160

(Total: 570 congressistas).

De modo superficial e de forma enganosa poder-se-ia chegar à conclusão que, sendo mantido o atual quadro levantado, a existência do Serviço não correria grandes riscos, já que o número dos que se colocam a favor da extinção do SNI somados àqueles cuja posição ainda é ignorada, e mais a abstenção presumida, em um total de 281, é ligeiramente inferior a 289, quantidade dos que devem ser contrários à extinção do Orgão conforme o levantamento feito.

Adiante serão expostas razões que justificam a afirmação inicial feita neste parágrafo:

1) O marcante vantagem numérica existente no Senado Federal dos que deverão se posicionar pró-manutenção do SNI - 40, contra 15 a favor da extinção, e a existência de 1º cuja posição ainda é ignorada. (mesmo que presente a totalidade dos senadores teremos: 40 > 15 + 1º). Tal situação proporciona uma certa tranqüilidade quanto ao problema, no Senado.

- Os partidos de esquerda ou considerados como possuindo esta tendência, já se manifestaram em sua totalidade ou por sua grande maioria em favor da extinção do Serviço. É o caso do PT, PSB, PCB, PC do B, PSDB e PDT. Observe-se, ainda, que o número dos que foram julgados como sendo favoráveis à extinção do Seviço, no Congresso como um todo, 120, se é composto pelos parlamentares dos partidos acima citados (87), também é formado por elementos do PMDB (24), e do PFL (02) e PTB (03), cuja grande maioria é contrária à extinção do Orgão, o que poderá levar a eventuais mudanças de posição.

2) O grande número de elementos cuja posição presumível, não pode ser alcançada nos atuais dois partidos com maior representação no Congresso, 89 no PMDB e 23 no PFL, mas que, convenientemente esclarecidos, poderão se posicionar a favor do SNI.

3) A existência, ainda, de elementos com posição não determinada, em partido cuja maioria de representantes foi levantada como sendo favorável à existência do Serviço: 05 no PDS, 05 no PTB e 10 no PDC, os quais também poderão ser levados a se posicionar em favor do Serviço.

4) A discussão e a votação da matéria será procedida nas duas Casas do Congresso separadamente; inicialmente na Câmara dos Deputados, seguindo-se pela apreciação no Senado Federal. Haverá necessidade de ser aprovada em ambas, Senado e Câmara.

5) A deliberação, nos dois casos, será tomada por maioria simples de votos, necessariamente presente a maioria absoluta dos parlamentares em cada Casa. Avulta, portanto, a necessidade de estarem efetivamente presentes, quando da decisão, um número de parlamentares favoráveis ao Serviço que seja suficiente, com absoluta segurança, para suplantar a totalidade dos votos favoráveis à extinção, certos ou presumidos, em virtude da notória ausência da maioria dos parlamentares aos trabalhos das Casas Legislativas e à marcante dedicação dos parlamentares de esquerda, na defesa dos seus interesses ideológicos, partidários e até pessoais, com vigílias e comparecimento contínuo e maciço aos trabalhos legislativos, marcantemente na oportunidade de votação de matéria de importância capital para as suas siglas e para a consecução dos seus objetivos. Referido

procedimento por parte desses parlamentares os tem conduzido, embora sendo nítida minoria em sua totalidade, a galgarem postos de direção de grande importância e influência, na condução dos trabalhos de plenário e principalmente nas Comissões Temáticas, a imporem - inclusive através de "chantagens" legislativas (ameaças de obstrução de votação, etc) - os seus pontos de vista e a obterem vitórias ideológicas, demagógicas e vantajosas para os interesses e princípios que professam.

Deve ser levado em conta, ainda:

- A campanha eleitoral já em curso;
- A eleição presidencial em dois turnos;
- A conseqüente dificuldade da realização de trabalhos parlamentares, de maneira plena, com grandes efetivos, antes do resultado final da eleição presidencial, pelos motivos acima. E, após a eleição, tendo em vista o recesso parlamentar previsto na Constituição (de 15 Dez a 15 Fev) uma possível reorganização partidária e que, no próximo ano, ocorrerão eleições para a Câmara dos Deputados, um terço do Senado Federal e de Governadores dos Estados, fato que pode levar a que se considere o próximo ano como praticamente perdido para os trabalhos do Congresso, em função da campanha que deverá ocupar todo o tempo disponível dos parlamentares.

Por fim, há que se levar em conta que o futuro presidente da República, a ser eleito até o final deste ano, em novembro ou dezembro, só poderá fazer a sua proposta em relação ao SNI, se for o caso, a partir da data de sua posse, constitucionalmente marcada para o dia 15/03/90. Caso venha a vingar alguma proposta para a antecipação da posse do futuro presidente, o fato não alterará profundamente a situação, pelo menos na visão do momento.

Conseqüentemente, em face do exposto, é lícito concluir que:

- A existência do SNI, no momento e até a posse do futuro Presidente da República, parece não correr grande risco;
- Em face de ações adversas, oriundas do campo político-ideológico, certamente escoradas na força dos meios de comunicação, a situação poderá ser alterada para pior, principalmente durante a campanha eleitoral, devido à ação dos candidatos contrários à existência do SNI, ou adversários de sua ação.
- O Congresso, através do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ao final, deverá ser o juiz quanto à existência e a situação do Serviço, em face de qualquer proposta apresentada pelo Executivo.
- Torna-se aconselhável, no momento, a adoção de duas providências:

a) Uma ação esclarecedora, no mais curto prazo, junto aos candidatos que forem acessíveis, sobre o Serviço: a sua imprescindibilidade, a lisura de sua ação, etc.

b) Uma ação mais corajosa e duradoura junto ao Congresso Nacional, particularmente dirigida à grande maioria dos parlamentares não comprometida ideologicamente com teses esquerdistas, esclarecedora da ação patriótica e necessária do SNI, para que seja preservada a sua existência e, se for o caso, aperfeiçoada a sua ação.

c) A realização e a conclusão de um estudo, por parte do Serviço, no menor espaço de tempo possível, visando preservar a sua existência e compatibilizar e aperfeiçoar a sua ação às atuais e futuras necessidades do País.

d) Concluído o estudo acima, elaborar uma proposta de projeto de Lei baseada no mesmo, a ser encaminhada ao Presidente da República, para que o Presidente, adotando o projeto, o encaminhe ao Congresso Nacional visando a sua aprovação, ainda na atual sessão legislativa.

Uma eficiente ação política junto aos congressistas para um comparecimento maciço ao Congresso, quando necessário, tendo em vista o projeto em questão, associada aos esclarecimentos prestados aos parlamentares, anteriormente, e um acompanhamento permanente do processo sugerido, por certo proporcionarão as melhores condições para o sucesso desta ação tão necessária.

***

27: A - Possível posicionamento de Parlamentares do Senado Federal.

B - Possível posicionamento de Parlamentares da Câmara dos Deputados.

C - Quadro de consolidação do possível posicionamento dos Parlamentares (Congresso).

LEGENDA

NÃO - não querem a extinção do SNI.

SIM - querem a extinção do SNI.

CONFIDENCIAL

D:A 30/6

SENADO FEDERAL

LISTA DE COMPARECIMENTO DOS SENHORES SENADORES

Brasília de de 1989

ACRE	SIM	NÃO
PDT — Mário Maia	SIM	
PMDB — Aluízio Bezerra	SIM	
PMDB — Nabor Júnior	NÃO	

AMAZONAS	SIM	NÃO
PMDB — Leopoldo Peres	NÃO	
PTB — Carlos De'Carli	NÃO	
PMDB — Áureo Mello	NÃO	

RONDÔNIA	SIM	NÃO
PFL — Odacir Soares	NÃO	
PMDB — Ronaldo Aragão	NÃO	
PTB — Olavo Pires	NÃO	

PARÁ	SIM	NÃO
PFL — João Menezes	NÃO	
PMDB — Almir Gabriel	NÃO	
PDS — Jarbas Passarinho	NÃO	

TOCANTINS	SIM	NÃO
PDC — Moisés Abrão		
PDC — Carlos Patrocínio		
PDC — Antonio Luiz Maya		

MARANHÃO	SIM	NÃO
PRN — João Castelo		
PFL — Alexandre Costa	NÃO	
PFL — Edison Lobão	NÃO	

PIAUÍ	SIM	NÃO
PFL — João Lobo	NÃO	
PSDB — Chagas Rodrigues	SIM	
PFL — Hugo Napoleão	NÃO	

CEARÁ	SIM	NÃO
— Afonso Sancho	NÃO	
PMDB — Cid Sabóia de Carvalho	NÃO	
PMDB — Mauro Benevides	NÃO	

RIO GRANDE DO NORTE	SIM	NÃO
PTB — Carlos Alberto	NÃO	
PFL — José Agripino	NÃO	
— Lavoisier Maia	NÃO	

PARAÍBA	SIM	NÃO
PFL — Marcondes Gadelha	NÃO	
PMDB — Humberto Lucena	NÃO	
PMDB — Raimundo Lira	NÃO	

PERNAMBUCO	SIM	NÃO
PFL — Marco Maciel	NÃO	
PMB — Ney Maranhão		
PMDB — Mansueto de Lavor		

ALAGOAS	SIM	NÃO
PMDB — João Lyra	NÃO	
PFL — Divaldo Suruagy	NÃO	
PSDB — Teotonio Vilela Filho	SIM	

SERGIPE	SIM	NÃO
PMDB — Albano Franco	NÃO	
PMDB — Francisco Rollemberg	NÃO	
PFL — Lourival Baptista	NÃO	

BAHIA	SIM	NÃO
PMDB — Luiz Viana	NÃO	
PMDB — Jutahy Magalhães		
PMDB — Ruy Bacelar		

ESPÍRITO SANTO	SIM	NÃO
PSDB — José Ignácio Ferreira	SIM	
PMDB — Gerson Camata	NÃO	
PMDB — João Calmon	NÃO	

RIO DE JANEIRO	SIM	NÃO
PSDB — Afonso Arinos	SIM	
PSB — Jamil Haddad	SIM	
PMDB — Nelson Carneiro	ABST	

MINAS GERAIS	SIM	NÃO
PRN — Itamar Franco		
PMDB — Alfredo Campos	NÃO	
PMDB — Ronan Tito		

SÃO PAULO	SIM	NÃO
PMDB — Severo Gomes	NÃO	
PSDB — Fernando Henrique Cardoso	SIM	
PSDB — Mário Covas	SIM	

GOIÁS	SIM	NÃO
PDC — Mauro Borges	NÃO	
PMDB — Iram Saraiva	SIM	
PMDB — Irapuan Costa Junior	NÃO	

DISTRITO FEDERAL	SIM	NÃO
PSDB — Pompeu de Sousa	SIM	
PDT — Maurício Corrêa	SIM	
PMDB — Meira Filho	NÃO	

MATO GROSSO	SIM	NÃO
PDS — Roberto Campos	NÃO	
PTB — Louremberg Nunes Rocha	NÃO	
PMDB — Márcio Lacerda	SIM	

MATO GROSSO DO SUL	SIM	NÃO
PMDB — Mendes Canale	SIM	
PMDB — Rachid Saldanha Derzi	NÃO	
PMDB — Wilson Martins	NÃO	

PARANÁ	SIM	NÃO
PMDB — Leite Chaves		
PTB — Alfonso Camargo		
PSDB — José Richa	NÃO	

SANTA CATARINA	SIM	NÃO
PFL — Jorge Bornhausen	NÃO	
PSDB — Dirceu Carneiro		
PMDB — Nelson Wedekin	SIM	

RIO GRANDE DO SUL	SIM	NÃO
PFL — Carlos Chiarelli		
PSDB — José Paulo Bisol	SIM	
PMDB — José Fogaça		

COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS			
PMDB	33	PTB	5
PFL	13	PDC	4
PSDB	9	PSB	1
PDS	2	PMB	1
PDT	2	PRN	2
		S/Partido	2

Alt. 14/89

PT — 7 24.6.89

TOTAL: 75

CONFIDENCIAL

LEGENDA

Emenda 1367 - EDUARDO BONFIM

NÃO - não querem a extinção do SNI

SIM - querem a extinção do SNI

27 : B

CONFIDENCIAL

CÂMARA DOS DE

LISTA DE PR

Sessão: data ___/___/1989 tipo ___

NOMES		NOMES		NOMES		NOMES	
Acre		Costa Ferreira	PFL	Edme Tavares	PFL	Genebaldo Correia	PMDB
Alércio Dias	PFL	Edivaldo Holanda	PRN	Evaldo Gonçalves	PFL	Haroldo Lima	PC do B
Francisco Diógenes	PDS	Eliézer Moreira	PFL	Francisco Rolim		Jairo Azi	PDC
Geraldo Fleming	PMDB	Enoc Vieira	PFL	João Agripino	PMDB	Jairo Carneiro	PFL
João Maia	PMDB	Eurico Ribeiro	PDS	João da Mata	PDC	Joaci Góes	PMDB
José Melo	PMDB	Francisco Coelho	PFL	José Maranhão	PMDB	João Alves	PFL
Maria Lúcia	PMDB	Haroldo Sabóia	PMDB	Lúcia Braga	PDT	João Carlos Bacelar	PMDB
Nosser Almeida	PDS	Jayme Santana	PSDB			Jonival Lucas	PDC
Rubem Branquinho	PMDB	José Carlos Sabóia	PSB	**Pernambuco**		Jorge Hage	PSDB
		José Teixeira	PFL			Jorge Medauar	PMDB
Amazonas		Mauro Fecury	PFL	Artur Lima Cavalcanti	PDT	Jorge Vianna	PMDB
		Onofre Corrêa	PMDB	Cristina Tavares	PSDB	José Lourenço	PFL
Bernardo Cabral	PMDB	Victor Trovão	PFL	Egídio Ferreira Lima	PSDB	Leur Lomanto	PFL
Beth Azize	PSDB	Vieira da Silva	PDS	Fernando Bezerra Coelho	PMDB	Lídice da Mata	PC do B
Carrel Benevides	PTB	Wagner Lago	PMDB	Fernando Lyra	PDT	Luiz Eduardo	PFL
Eunice Michiles	PFL			Gilson Machado	PFL	Luiz Viana Neto	PMDB
Ézio Ferreira	PFL	**Piauí**		Gonzaga Patriota	PDT	Manoel Castro	PFL
José Dutra	PMDB			Harlan Gadelha	PMDB	Marcelo Cordeiro	PMDB
José Fernandes	PDT	Átila Lira	PFL	Horácio Ferraz	PTB	Mário Lima	PMDB
Sadie Hauache	PFL	Felipe Mendes	PDS	Inocêncio Oliveira	PFL	Milton Barbosa	PDC
		Jesualdo Cavalcanti	PFL	José Carlos Vasconcelos	PMDB	Miraldo Gomes	PDC
Rondônia		Jesus Tajra	PFL	José Jorge	PFL	Nestor Duarte	PMDB
		José Luiz Maia	PDS	José Mendonça Bezerra	PFL	Prisco Viana	PMDB
Arnaldo Martins	PMDB	Manuel Domingos	PC do B	José Moura	PFL	Raul Ferraz	PMDB
Assis Canuto	PFL	Mussa Demes	PFL	José Tinoco	PFL	Sérgio Brito	PFL
Chagas Neto	PMDB	Myriam Portella	PDS	Marcos Queiroz	PMDB	Uldurico Pinto	PMDB
Francisco Sales	PMDB	Paes Landim	PFL	Maurílio Ferreira Lima	PMDB	Virgildásio de Senna	PSDB
José Guedes	PSDB	Paulo Silva	PSDB	Nilson Gibson	PMDB	Waldeck Ornélas	PFL
José Viana	PMDB			Osvaldo Coelho	PFL		
Raquel Cândido	PDT	**Ceará**		Oswaldo Lima Filho	PMDB	**Espírito Santo**	
Rita Furtado	PFL			Paulo Marques	PFL		
		Aécio de Borba	PDS	Ricardo Fiuza	PFL	Hélio Manhães	PMDB
Pará		Carlos Benevides	PMDB	Roberto Freire	PCB	Jones Santos Neves	PMDB
		Carlos Virgílio	PDS	Salatiel Carvalho	PRN	Lezio Sathler	PSDB
Ademir Andrade	PSB	César Cals Neto	PSD	Wilson Campos	PMDB	Lurdinha Savignon	PT
Aloysio Chaves	PFL	Etevaldo Nogueira	PFL			Nelson Aguiar	PDT
Amílcar Moreira	PMDB	Expedito Machado	PMDB	**Alagoas**		Nyder Barbosa	PMDB
Arnaldo Moraes	PMDB	Firmo de Castro	PMDB			Pedro Ceolin	PFL
Asdrubal Bentes	PMDB	Furtado Leite	PFL	Albérico Cordeiro	PFL	Rita Camata	PMDB
Benedicto Monteiro	PTB	Gidel Dantas	PDC	Antonio Ferreira	PFL	Rose de Freitas	PSDB
Carlos Vinagre	PMDB	Haroldo Sanford	PMDB	Eduardo Bonfim	PC do B	Stélio Dias	PFL
Dionísio Hage	PFL	Iranildo Pereira	PMDB	Geraldo Bulhões	PMDB		
Domingos Juvenil	PMDB	José Lins	PFL	José Costa	PMDB	**Rio de Janeiro**	
Eliel Rodrigues	PMDB	Lúcio Alcântara	PDT	José Thomaz Nonô	PFL		
Fausto Fernandes	PMDB	Luiz Marques	PFL	Renan Calheiros	PSDB	Adolfo Oliveira	PFL
Fernando Velasco	PMDB	Mauro Sampaio	PMDB	Roberto Torres	PTB	Aloysio Teixeira	PMDB
Gabriel Guerreiro	PMDB	Moema São Thiago	PSDB	Vinicius Cansanção	PFL	Álvaro Valle	PL
Gerson Peres	PDS	Moysés Pimentel	PDT			Amaral Netto	PDS
Jorge Arbage	PDS	Orlando Bezerra	PFL	**Sergipe**		Anna Maria Rattes	PSDB
Mário Martins	PMDB	Osmundo Rebouças	PMDB			Arolde de Oliveira	PFL
Paulo Roberto	PMDB	Paes de Andrade	PMDB	Bosco França	PMDB	Artur da Távola	PSDB
		Raimundo Bezerra	PMDB	Cleonâncio Fonseca	PFL	Benedita da Silva	PT
Tocantins		Ubiratan Aguiar	PMDB	Djenal Gonçalves	PMDB	Bocayuva Cunha	PDT
				Gerson Vilas Boas	PMDB	Brandão Monteiro	PDT
Alziro Gomes	PFL	**Rio Grande do Norte**		José Queiroz	PFL	Carlos Alberto Caó	PDT
Ary Valadão	PDS			Lauro Maia	PFL	César Maia	PDT
Edmundo Galdino	PSDB	Antônio Câmara	PMDB	Leopoldo Souza	PMDB	Daso Coimbra	PMDB
Eduardo Siqueira Campos	PDC	Flávio Rocha	PRN	Messias Góis	PFL	Denisar Arneiro	PMDB
Freire Júnior	PRN PMDB	Henrique Eduardo Alves	PMDB			Doutel de Andrade	PDT
Moisés Avelino	PMDB	Iberê Ferreira	PFL	**Bahia**		Edmilson Valentim	PC do B
Paulo Mourão	PDC	Ismael Wanderley	PTR			Ernani Boldrim	PMDB
Paulo Sidnei	PMDB	Marcos Formiga	PL	Abigail Feitosa	PSB	Fábio Raunheitti	PTB
		Ney Lopes	PFL	Afrísio Vieira Lima	PMDB	Feres Nader	PTB
Maranhão		Vingt Rosado	PMDB	Ângelo Magalhães	PFL	Francisco Dornelles	PFL
				Benito Gama	PFL	Gustavo de Faria	PMDB
Albérico Filho	PMDB	**Paraíba**		Celso Dourado	PMDB	Jayme Campos	PRN
Antonio Gaspar	PMDB			Domingos Leonelli	PSB	Jorge Leite	PMDB
Cid Carvalho	PMDB	Adauto Pereira	PDS	Eraldo Tinoco	PFL	José Carlos Coutinho	PL
		Agassiz Almeida	PMDB	Fernando Santana	PCB	José Luiz de Sá	PL
		Aluízio Campos	PMDB	França Teixeira	PMDB	José Maurício	PDT
		Antonio Mariz	PMDB	Francisco Benjamim	PFL	Luiz Salomão	PDT
		Edivaldo Motta	PMDB	Francisco Pinto	PMDB	Lysâneas Maciel	PDT

PMDB — Líder IBSEN PINHEIRO 193
PFL — Líder JOSÉ LOURENÇO 105
PSDB — Líder EUCLIDES SCALCO 44
PDS — Líder AMARAL NETTO 30
PDT — Líder VIVALDO BARBOSA 28

COMPARECIMENTO

Abertura	1) Presentes:		Encerramento	1) Presentes:	
	2) Ausentes:			2) Ausentes:	
	Ordem do Dia:				

CONFIDENCIAL

SUBTOTAL
PARTI
TAL .....

UTADOS

ESENÇA

30/10

_____ hora _____

NOMES	
lárcia Cibilis Viana	PDT
lárcio Braga	PMDB
lessias Soares	PMDB
liro Teixeira	PDT
elson Sabrá	PRN
smar Leitão	PFL
swaldo Almeida	PL
iulo Ramos	PDT
oberto Augusto	PTB
oberto Jefferson	PTB
onaldo Cezar Coelho	PSDB
ubem Medina	PFL
ndra Cavalcanti	PFL
rgio Carvalho	PDT
mão Sessim	PFL
tero Cunha	PDC
ivaldo Barbosa	PDT
ladimir Palmeira	PT
Minas Gerais	
écio Neves	PSDB
lvaro Antônio	PMDB
lysson Paulinelli	PFL
onifácio de Andrada	PDS
arlos Cotta	PSDB
arlos Mosconi	PSDB
élio de Castro	PSDB
isco Humberto	PDT
ristóvam Chiaradia	PFL
ilton Canabrava	PMDB
ias Murad	PTB
nesco Aparecido	PMDB
enésio Bernardino	PMDB
élio Costa	PRN
amberto Souto	PFL
rahim Abi-Ackel	PDS
ael Pinheiro	PMDB
ão Paulo	PT
sé da Conceição	PMDB
sé Geraldo	PMDB
é Santana de Vasconcellos	PFL
sé Ulisses de Oliveira	PMDB
el Varella	PFL
opoldo Bessone	PMDB
iz Alberto Rodrigues	PMDB
iz Leal	PMDB
rcos Lima	PMDB
rio Assad	PFL
no de Oliveira	PRN
urício Campos	PFL
urício Pádua	PMDB
uro Campos	PSDB
lo Freire	PMDB
llo Reis	PDS
ton Lima	PMDB
ton Reis	PMDB
távio Elísio	PSDB
ar Corrêa	PFL
ulo Almada	PMDB
ulo Delgado	PT
imundo Rezende	PMDB
ul Belém	PMDB
berto Brant	PMDB
berto Vital	PRN
naldo Carvalho	PMDB
naro Corrêa	PFL
sa Prata	PMDB
lo Coelho	PFL
gio Naya	PMDB
gio Werneck	PMDB
io Abreu	PSC
gílio Guimarães	PT
a Valadares	PSDB

NOMES	
São Paulo	
Adhemar de Barros Filho	SIM
Afif Domingos	PL
Agripino de Oliveira Lima	PFL
Airton Sandoval	PMDB
Antoniocarlos Mendes Thame	PSDB
Antônio Perosa	PSDB
Antônio Salim Curiati	PDS
Aristides Cunha	PSC
Arnaldo Faria de Sá	PRN
Arnold Fioravante	PDS
Bete Mendes	PMDB
Caio Pompeu	PSDB
Cunha Bueno	PDS
Del Bosco Amaral	PMDB
Delfim Netto	PDS
Dirce Tutu Quadros	PSDB
Doreto Campanari	PMDB
Ernesto Gradella	PT
Fábio Feldmann	PSDB
Farabulini Júnior	PTB
Fausto Rocha	PRN
Felipe Cheidde	PMDB
Fernando Gasparian	PMDB
Florestan Fernandes	PT
Francisco Amaral	PMDB
Gastone Righi	PTB
Geraldo Alckmin Filho	PSDB
Gerson Marcondes	PMDB
Gumercindo Milhomem	PT
Hélio Rosas	PMDB
Irma Passoni	PT
Jayme Paliarin	PTB
João Cunha	PRN
João Hertmann Neto	PSB
João Rezek	PMDB
José Camargo	PFL
José Carlos Grecco	PSDB
José Egreja	PTB
José Genoíno	PT
José Maria Eymael	PDC
José Serra	PSDB
Koyu Iha	PSDB
Leonel Júlio	PTB
Luiz Gushiken	PT
Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Maluly Neto	PFL
Manoel Moreira	PMDB
Mendes Botelho	PTB
Michel Temer	PMDB
Nelson Seixas	PDT
Paulo Zarzur	PMDB
Plínio Arruda Sampaio	PT
Ralph Biasi	PMDB
Ricardo Izar	PFL
Robson Marinho	PSDB
Samir Achôa	PMDB
Sólon Borges dos Reis	PTB
Theodoro Mendes	PMDB
Tidei de Lima	PMDB
Ulysses Guimarães	PMDB
Goiás	
Aldo Arantes	PC do B
Antonio de Jesus	PMDB
Délio Braz	PMDB
Genésio de Barros	PMDB
Iturival Nascimento	PMDB
Jalles Fontoura	PFL
João Natal	PMDB
José Freire	PMDB
José Gomes	PDC
Lúcia Vânia	PMDB
Luiz Soyer	PMDB

NOMES	
Maguito Vilela	PMDB
Mauro Miranda	PMDB
Naphtali Alves de Souza	PMDB
Pedro Canedo	PFL
Roberto Balestra	PDC
Tarzan de Castro	PDC
Distrito Federal	
Augusto Carvalho	PCB
Francisco Carneiro	PMDB
Geraldo Campos	PSDB
Jofran Frejat	PFL
Márcia Kubitschek	PMDB
Maria de Lourdes Abadia	PSDB
Sigmaringa Seixas	PSDB
Valmir Campelo	PTB
Mato Grosso[1]	
Antero de Barros	PMDB
Joaquim Sucena	PTB
Jonas Pinheiro	PFL
José Amando	PMDB
Júlio Campos	PFL
Osvaldo Sobrinho	PTB
Rodrigues Palma	PTB
Ubiratan Spinelli	PFL
Mato Grosso do Sul	
Gandi Jamil	PFL
Ivo Cersósimo	PMDB
José Elias	PTB
Juarez Marques Batista	PSDB
Levy Dias	PFL
Plínio Martins	PMDB
Rosário Congro Neto	PMDB
Saulo Queiroz	PSDB
Paraná	
Airton Cordeiro	PFL
Alarico Abib	PMDB
Alceni Guerra	PFL
Antônio Ueno	PFL
Basílio Villani	PTB
Borges da Silveira	
Darcy Deitos	PMDB
Dionísio Dal Prá	PFL
Ervin Bonkoski	PTB
Euclides Scalco	PSDB
Hélio Duque	PMDB
Jacy Scanagatta	PFL
José Carlos Martinez	PRN
José Tavares	PMDB
Jovanni Masini	PMDB
Matheus Iensen	PMDB
Mattos Leão	PMDB
Maurício Fruet	PMDB
Maurício Nasser	PMDB
Max Rosenmann	PMDB
Nelton Friedrich	PSDB
Nilso Sguarezi	PMDB
Osvaldo Macedo	PMDB
Paulo Pimentel	PFL
Renato Bernardi	PMDB
Renato Johnsson	PRN
Santinho Furtado	PMDB
Sérgio Spada	PMDB
Tadeu França	PDT
Waldyr Pugliesi	PMDB

NOMES	
Santa Catarina	
Alexandre Puzyna	PMDB
Antônio Carlos Konder Reis	PDS
Artenir Werner	PDS
Cláudio Avila	PFL
Eduardo Moreira	PMDB
Francisco Küster	PSDB
Geovah Amarante	PMDB
Henrique Córdova	PDS
Luiz Henrique	PMDB
Neuto de Conto	PMDB
Orlando Pacheco	PFL
Renato Vianna	PMDB
Ruberval Pilotto	PDS
Valdir Colatto	PMDB
Victor Fontana	PFL
Vilson Souza	PSDB
Rio Grande do Sul	
Adroaldo Streck	
Adylson Motta	PDS
Amaury Müller	PDT
Antônio Britto	PMDB
Antonio Marangon	PT
Arnaldo Prieto	PFL
Carlos Cardinal	PDT
Darcy Pozza	PDS
Erico Pegoraro	PFL
Floriceno Paixão	PDT
Hermes Zaneti	PSDB
Hilário Braun	PMDB
Ibsen Pinheiro	PMDB
Irajá Rodrigues	PMDB
Ivo Lech	PMDB
Ivo Mainardi	PMDB
João de Deus Antunes	PTB
Jorge Uequed	PMDB
Júlio Costamilan	PMDB
Lélio Souza	PMDB
Luís Roberto Ponte	PMDB
Mendes Ribeiro	PMDB
Nelson Jobim	PMDB
Osvaldo Bender	PDS
Paulo Mincarone	PMDB
Paulo Paim	PT
Rospide Netto	PMDB
Ruy Nedel	PMDB
Telmo Kirst	PDS
Vicente Bogo	PSDB
Victor Faccioni	PDS
Amapá	
Annibal Barcellos	PFL
Eraldo Trindade	PFL
Geovani Borges	PFL
Raquel Capiberibe	PSB
Roraima	
Alcides Lima	PFL
Chagas Duarte	PDT
Marluce Pinto	PTB
Ottomar Pinto	PMDB

16-6-89

LIDERANÇAS E BANCADAS

PTB — Líder GASTONE RIGHI	25		PCdoB — Líder HAROLDO LIMA	6	
PT — Líder PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO	16		PCB — Líder ROBERTO FREIRE	3	
PDC — Líder ROBERTO BALESTRA	13		PSC — Líder SÍLVIO ABREU	2	
PL — Líder ADOLFO OLIVEIRA	9		PSD — Líder CESAR CALS NETO	1	
PRN — Líder ARNALDO FARIA DE SÁ	7		PTR — Líder ISMAEL WANDERLEY	1	
PSB — Líder JOÃO HERRMANN NETO	6				

	489
DO	6
	495

CONFIDENCIAL

POSIÇÃO QUANTO À EXTINÇÃO DO SNI

	SENADO FEDERAL				CÂMARA DOS DEPUTADOS				CONGRESSO NACIONAL			
POSSIBILIDADE DE VOTO / PARTIDO	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	IGNORADO	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	IGNORADO	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	IGNORADO
PMDB	04	20	01	08	20	89	-	81	24	109	01	89
PFL	Ø	11	-	02	02	81	-	21	02	92	-	23
PSDB	07	01	-	01	25	13	-	06	32	14	-	07
PDS	Ø	01	-	01	Ø	26	-	Ø4	Ø	27	-	05
PTB	Ø	04	-	01	03	18	-	04	03	22	-	05
PDT	02	Ø	-	Ø	23	04	-	02	25	04	-	02
PT	01	Ø	-	Ø	14	Ø	-	02	15	Ø	-	02
PDC	Ø	01	-	03	Ø	06	-	07	Ø	07	-	10
PL	-	-	-	-	Ø	06	-	01	Ø	06	-	01
PRN	Ø	Ø	-	02	03	04	-	07	03	04	-	09
PSB	01	Ø	-	Ø	06	Ø	-	Ø	07	Ø	-	Ø
PC do B	-	-	-	-	05	Ø	-	01	05	Ø	-	01
PCB	-	-	-	-	03	Ø	-	Ø	03	Ø	-	Ø
PSC	-	-	-	-	Ø	Ø	-	02	Ø	Ø	-	02
PSD	-	-	-	-	Ø	01	-	Ø	Ø	01	-	Ø
PTR	-	-	-	-	Ø	Ø	-	01	Ø	Ø	-	01
PMB	Ø	Ø	-	01	-	-	-	-	Ø	Ø	-	01
S/P	Ø	02	-	Ø	01	01	-	02	01	03	-	02
TOTAIS	15	40	01	19	105	249	-	141	120	289	01	160
TOTAL GERAL												570

17 Jul 89

CONFIDENCIAL

A POSIÇÃO DOS CANDIDATOS A PRESIDENTE E DOS PARTIDOS EM RELAÇÃO AO SNI

Em se tratando de matéria de importância para a vida nacional, evidentemente a opinião de um candidato a presidente sobre determinado assunto deveria espelhar integralmente a posição oficial do seu partido, ou das forças que o apóiam, pelo menos em tese.

Entretanto não é o que ocorre em alguns casos pois, em virtude de dissenções no interior dos partidos, com o surgimento de defecções ou facções, pode o discurso do candidato, pelo menos em alguns aspectos, não refletir a posição da totalidade ou da maioria expressiva dos componentes do partido, o que se reflete no trato do assunto na área Legislativa.

Com referência à existência, situação e atividades do SNI, dos onze candidatos este (ULYSSES GUIMARÃES - PMDB, LULA -FRENTE BRASIL POPULAR, PT, PSB, PCdoB e PV, MARIO COVAS -- PSDB, COLLOR DE MELLO - PRN, ROBERTO FREIRE - PCB, AURELIANO CHAVES - PFL, RONALDO CARIADO - PSD, AFIF DOMINGOS - PL, AFFONSO CAMARGO - PTB, LEONEL BRIZOLA - PDT e PAULO MALUF - PDS) já se manifestaram sobre o assunto.

LUIS INACIO LULA DA SILVA (PT), no "Jornal do Brasil" de 22 Mai 85, no artigo "Lula dá resposta ao SNI", observou que a sua posição "sempre foi contrária à existência do SNI", que "só existe para criar intrigas e que, desde 1978, vem colocando os trabalhadores metalúrgicos como as principais vítimas de suas intrigas". Sempre se manifestou pela extinção do Serviço, pura e simples, sem descer a detalhes.

FERNANDO COLLOR DE MELO, igualmente manifestou a disposição de extinguí-lo, substituindo-o por "um grupo de avaliação das informações, até no âmbito internacional, com pessoas de cérebro, que possam analisar os vários aspectos de uma questão e ajudar o presidente da República a decidir." (O Estado de S. Paulo, 24/05/89). O que foi reafirmado em outras ocasiões. Posteriormente, em entrevista, o assessor de imprensa do candidato, jornalista CLAUDIO HUMBERTO, garantiu ser o fim do SNI uma "decisão irreversível" do candidato, mas que estaria em seus planos criar um outro serviço de inteligência, desmilitarizado, e que sirva, basicamente, para auxiliar o governo nas análises dos problemas internacionais" (grifo da elaboração do trabalho). Extinto o Serviço, a outra organização a ser criada seria, portanto, "desmilitarizada" e voltada para os "problemas internacionais".

Conforme "O Estado de S. Paulo", de 11 Jul 89, segundo consta no texto da notícia "Três comitês recebem denúncia de "grampo", em virtude de denúncias que haviam sido instaladas escutas nos aparelhos telefônicos nos comitês de campanha dos candidatos COLLOR, BRIZOLA e LULA, embora, segundo o assessor de imprensa do candidato (COL-

LOR), CLAUDIO HUMBERTO, não existisse até agora nenhuma prova concreta de que os telefones do comitê estivessem "grampeados", o próprio assessor, ao responder à indagação de quem poderia estar interessado em ouvir as conversas do órgão, respondeu com a mesma certeza do candidato COLLOR: "o SNI, evidentemente", o que evidencia a predisposição contra o Serviço.

ROBERTO FREIRE (PCB), embora até a presente data, como candidato à Presidência, não tenha feito qualquer comentário a respeito, quando da elaboração da Constituição em vigor, votou favoravelmente à extinção do Serviço, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Leve-se em conta ser o que existe na proposta do PCB para a Constituinte (Mar 86).

JÁ o candidato MARIO COVAS (PSDB) deverá obedecer o que consta do documento "Os desafios do BRASIL e o PSDB", que trata da plataforma de Governo, na visão do Partido. Na parte referente à "Reforma dos Ministérios" (5.b) indica que, quando da "reforma", serão discutidos os limites para o número de ministérios militares, com algumas pastas perdendo o "status" ministerial e outras, reformuladas, para serem melhor coordenadas e garantir a sua eficiência. Embora não tenha sido citado, o Serviço, como igualmente não o foi qualquer "ministério militar", é facilmente compreensível que o mesmo esteja incluído nos planos de reformulação do candidato.

GUILHERME AFIF DOMINGOS (PL) preconiza que "o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a Casa Militar, a Casa Civil (ambas da Presidência da República) e o SNI perderiam o "status" de ministério, passando a assessorias da Presidência" (Coluna 2, de 28 Mai 89).

LEONEL DE MOURA BRIZOLA (PDT), entretanto, afirmou, em entrevista, não ser possível o BRASIL, a exemplo de diversos e mais desenvolvidos países, deixar de possuir um serviço de informações (referindo-se ao SNI), inclusive pela necessidade do Governo de dispor de uma assessoria que possa fornecer dados com tais características. Pretende, então, conservá-lo, porém "democratizando-o" - sem esclarecer o que significa tal condição.

AFFONSO CAMARGO (PTB), segundo o "Jornal do Brasil" de 13 Jul 89 (Informe JB), se eleito, "pretende utilizar o Serviço Nacional de Informações (SNI) para descobrir e combater corrupção, especialmente no Governo". Ao que parece o candidato não pretende, pelo menos no momento, pelo exposto, alterar a situação e a posição do Serviço.

A respeito da posição dos partidos políticos em relação ao SNI, são declaradamente favoráveis à sua extinção: PCB; PC do B; PRN (por seu candidato COLLOR DE MELO, em coligação com o PSC e o PTR); PT (cabeça da Frente Brasil Popular, em coligação com o PSB, PC do B e remanescentes do P Verde); ainda, as organizações revolucionárias e Trotskistas incrustradas no PT.

Por um SNI "modificado": O PL (por seu candidato AFIF DOMINGOS), o PSDB (MARIO COVAS) e o PDT (LEONEL BRIZOLA). O MR-8, que possui militantes no PMDB,

Não se tem dados sobre a posição dos seguintes partidos ou de seus candidatos sobre o assunto: PMDB, PFL, PDC e PDS. entretanto, pelo discurso dos seus candidatos a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente ULYSSES GUIMARÃES e WALDYR PIRES, é de se esperar que o PMDB possa adotar uma posição contrária ao Serviço.

***

8. IMAGEM DO SNI

a. Objetivo

- Verificar a imagem do SNI no seu âmbito e fora dele.

b. Considerações

- 29 servidores acham que a imagem externa do SNI é desfavorável e 1 não se definiu a respeito.
- Principais razões apresentadas:
  - ignorância da população brasileira quanto a finalidade do SNI;
  - conjuntura adversa, imprensa adversa ou adversários conjunturais;
  - falta de credibilidade; e
  - distorção, que transformou o SNI em órgão de investigação, exercendo atividade de polícia.
- Principal conseqüência apresentada:
  - acentuado desgaste para o SNI.
- Algumas sugestões apresentadas para modificar/melhorar a imagem:
  - produzir para atender o Bem Comum;
  - criar assessoramento parlamentar;
  - buscar aliados no público externo;
  - mudar o nome e o sentido (Serviço de Inteligência);
  - criar um elemento de relação com o público externo; e
  - abandonar as tarefas de execução em proveito das de assessoramento.
- 22 servidores acham que a imagem interna do SNI é desfavorável; 8 acham que é favorável.
- Principais razões apresentadas para a imagem negativa:
  - existência de um conflito interno, por questões administrativas diversas;
  - isolamento dos elementos de chefia em detrimento dos subordinados;
  - falta de confiabilidade no produto das Informações; e
  - existência de uma cultura militar discriminatória.